



### **Ata n.º 13**

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte dois, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 20.00 horas, em continuação da sessão ordinária iniciada em 17/06/2022, a Assembleia Municipal de Faro, sob a presidência do 1.º Secretário Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares, dada a ausência do titular do cargo, com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 30 presenças).

Berta Paula Silva Dias (PSD); Guilherme Apolinário Portada (PS); Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD); Carlos Alberto (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); António Manuel Fraga Miranda (PS); Lúcia Maria Fernandes Azul (CDS); António Manuel Dias Mendonça (CDU); Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS); Rui Miguel Pinto Afonso Gago (PSD); António José de Figueiredo Martins da Luz (CHEGA); Daniel Martins Viegas (IL); João José da Silva Calhau (PS); Marta Gabriela Gomes Correia (PSD); João Carlos Brandão (BE); Ana Lúcia Silva Passos (PS); Pedro Miguel Gama Cláudio (PSD); Michel Tomás Ribeiro (PSD); Susana Cristina da Silva Joaquim (PS); António Filipe Parra Martins (CDU); Elza Maria Martins de Sousa Cunha (PAN); Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT); João Francisco Calado Espanhol (PS); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Beatriz Grasiela Calafate (PS); José Carlos Ferreira Sousa (PSD – União de Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Virgínia Maria Guerreiro Alcaria Alpestanda (PSD – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro); José António Viegas Leal Jerónimo (PS – Presidente da União de Freguesias de Conceição/Estoi) e Sérgio Vicente Santos Martins (CDU – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe)

Por o terem solicitado, **foram substituídos** os seguintes membros:

Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD) – Substituído por Berta Paula Silva Dias.

Luís Manuel Fernandes Coelho (PS) – Substituído por Guilherme Apolinário Portada.

Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS) – Substituída por Carlos Alberto.

Ana Catarina Pina Águas (CDS) – Substituída por Lúcia Maria Fernandes Azul (que tomou **Posse**).



Tiago Botelho Martins da Silva (PSD) – Substituído por Rui Miguel Ponto Afonso Gago.

Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS) – Substituído por João José da Silva Calhau.

Cátia Susana da palma Morais Gomes (PSD) – Substituída por Marta Gabriela Gomes Correia.

Célia Maria Alves Gonçalves (BE) – Substituída por João Carlos Brandão.

Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD) – Substituído por Pedro Miguel Gama Cláudio (que tomou **Posse**).

Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD) – Substituída por Michel Tomás Ribeiro (que tomou **Posse**).

Emanuel José Pereira Aniceto (CDU) – Substituído por António Filipe Parra Martins.

Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN) – Substituído por Elza Maria Martins de Sousa Cunha.

Bruno Gonçalo Azevedo Lage (PSD) – Substituído por José Carlos Jardim Ferreira Sousa (que tomou **Posse**).

**- Composição da Mesa:**-----

Presidente: Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares.

1.º Secretário: Berta Paula Silva Dias.

2.ª Secretária: Virgínia Maria Guerreiro Alcaria Alpestanda.

**- Membros do Executivo:** -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: as Vereadoras Sophie Matias; Teresa Aleixo Almeida Santos e Paula Alexandra Amaral do Carmo Matias.

*Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Mesa, em exercício, declarou aberta a reunião.*

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «Estamos então em condições de retomar a sequência da reunião da Assembleia Municipal, quando nos encontramos já na discussão e aprovação de moções...»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** - «**Defesa da Honra:** Sr. Presidente, em exercício, eu pedi-lhe a palavra para fazer aqui a defesa da



minha honra, porque o meu nome foi aqui mencionado na anterior sessão.»

**Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «Já não me recordo propriamente dos termos em que foi aqui citada, porém, para a defesa da honra, tem a palavra.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** - «Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu, nesta passada sessão, fui aqui mencionada pelo ilustre membro desta Assembleia Municipal, Dr. Figueiredo Luz, que aparentemente ficou melindrado com aquilo que chama de “as minhas queixinhas”. Em defesa da minha honra, Dr. Figueiredo, dirijo-me a si, e ainda bem que está cá hoje, porque eu posso dizer-lhe que eu não estou há muito tempo na política, mas sabe que nunca tinha visto nada tão baixo quanto aquilo que soube e tive oportunidade de ouvir. Lamento muito não ter cá estado para o poder ouvir. E acho que é baixo por dois motivos principais. É muito baixo. Desculpe-me adjetivar desta forma. Mas é baixo referirmo-nos a alguém que não está presente e que não tem oportunidade de se defender. É evidente que, neste momento, teria de tomar da palavra para defender o meu nome. Porque o senhor deputado, aquilo que fez como membro desta Assembleia Municipal, foi pôr-me palavras na boca sem que eu tivesse oportunidade de me defender e sem aqui estar. E isso é baixo.

Mas não é baixo apenas por isso. Não é uma falta de educação apenas por isso, vai mais longe, Sr. Deputado. E vou-lhe explicar o porquê: sabe que eu, ao longo destes anos que estou na política, tenho tido oportunidade de falar com muita gente; muitos políticos, não políticos, mas pessoas que se dedicam à causa pública. Falamos aqui, de forma formal, com todos, entre todos, e explanamos as nossas opiniões. E vinculamos, aliás, os nossos partidos quando o fazemos de forma formal, aqui. Mas tenho falado com muita gente, fora destas paredes. Evidentemente, em conversas que são pessoais. Eu tenho tido várias discussões com o Sr. Presidente da Câmara, Rogério Bacalhau, que nunca teve a indelicadeza de referir as palavras que eu lhe dirigi. Tal como eu não tenho a indelicadeza de referir as palavras que o Sr. Presidente da Câmara me dirige quando falamos em conversas pessoais fora destas paredes. E o que Dr. Figueiredo Luz fez foi usar uma conversa, pessoal, que eu tive com o Sr. José Vaz, para trazer aqui de forma infame palavras que estão totalmente descontextualizadas



e, sobre isso, eu acho que foi uma enorme falta de respeito e consideração e, isso sim, é falta de ética política.

Portanto, apresentar aqui palavras a dizer que há falta de ética política e fazer o que aqui foi feito, é uma vergonha! E por isso mesmo, eu faço questão de relatar o que é que aconteceu nesse dia.

Nesse dia eu indignei-me com as palavras que foram proferidas no seu discurso sobre o 25 de Abril, e tenho o direito de me indignar. Mas ouça-me com atenção, porque eu posso não concordar com o seu discurso e com as palavras que foram proferidas por si naquela que é a comemoração, para muitos de nós que aqui estamos, do dia da liberdade. Eu posso não concordar consigo, mas morrerei para que tenha oportunidade de dar a sua opinião, porque isso é a democracia. E o que aconteceu, eu vou relatar *ipsis verbis* o que aconteceu apenas e tão só porque o senhor veio aqui, a este fórum, trazer uma conversa pessoal que eu tive com um membro da comissão política, que não foi tida com aquela pessoa enquanto membro de uma comissão política, foi tida de pessoa para pessoa, olhos nos olhos. E eu vou-lhe relatar – e vou-lhe relatar até com pormenores que estranho não tenha trazido cá – eu saí por uma questão pessoal (está ali, aliás, a São que não me deixa mentir e que me ajudou), eu saí a meio do seu discurso por uma questão pessoal e a São acompanhou-me, felizmente, e vim cá fora fumar um cigarro, onde encontrei o Sr. José Vaz, que me perguntou, e passo a citar: *“Tu não podes mesmo com este Figueiredo Luz, pois não?”*. E eu disse: *“Eu não tenho nada contra o Dr. Figueiredo Luz! Membro da Comissão do 25 de Abril, com quem lido muito bem, com total respeito pelas suas opiniões, acho que é uma pessoa afável, de trato fácil, não tenho nada contra ele, o que não concordo é com o teor do discurso que aqui nos traz”*. E a seguir, o que eu disse, e veja se percebe bem isto, o que disse foi: *“se eu for convidada – e mantenho, note – se eu, Tatiana, for convidada para uma festa de aniversário de alguém que eu não goste, eu não vou à festa de aniversário dizer: olha, eu vim cá para dizer que não gosto de ti*.

E portanto isto foi o que eu disse ao seu colega (camarada não é, porque isso é um termo de esquerda), foi que se o CHEGA não concorda com o 25 de Abril, devia ter a coerência de não comparecer. Foi tão somente isto que eu disse!



Pensa agora que com isto eu quero tomar conta do partido para decidir onde é que os senhores podem ir ou não podem ir? Ouça, já bem me basta o meu e lidar com as questões internas do meu partido.

Portanto, os seus comentários tristes sobre as minhas intenções ao dizer uma frase como esta, como deve calcular, estou muito longe disso. E da próxima vez que queira referir o meu nome, meu caro deputado municipal Figueiredo Luz, pode fazê-lo! Deve fazê-lo sempre que o entender, mas tenha pelo menos a hombridade de o fazer comigo presente nesta sala. Disse.»

**O membro da AM, António Figueiredo (CH) – Defesa da honra** «Uma vez que a Dr.<sup>a</sup> Tatiana não estava aqui eu não tenho culpa, eu estou aqui em todas.

A Sr.<sup>a</sup> deputada do Partido Socialista Dr.<sup>a</sup> Tatiana, que na cerimónia oficial da comemoração do 25 de Abril, não se coibiu de á porta do Teatro Lethes dirigir-se a um membro da Comissão Política Concelhia de Faro do Partido CHEGA, que eu coordeno, para fazer queixas do meu discurso dizendo que eu se não queria vir não devia ter vindo.

Em primeiro lugar se eu não quisesse querido ir realmente não tinha ido, eu não estou à espera que a senhora ou outra pessoa qualquer me diga onde é que eu vou ou onde é que eu não vou, o que é que devo dizer e o que é que não devo dizer. Portanto, se eu não tivesse querido ir eu não tinha ido.

O Partido CHEGA e eu não somos contra o 25 de Abril, entendeu mal as minhas palavras, somos contra o facto do seu Partido, e não só, ter negado a celebração do 25 de Novembro que para nós é o complemento lógico do 25 de Abril.

O Partido CHEGA deu emprego na Assembleia da República a uma ex-deputada do PAN como assessora, será que a Dr.<sup>a</sup> Tatiana se está a candidatar a um lugar de assessora do Partido CHEGA para que dessa forma possa tutelar o Partido no que concerne àquilo que podemos ou não podemos dizer e aos locais onde podemos ou não ir? Para informação da Dr.<sup>a</sup> Tatiana passo a esclarecer que esse discurso foi escrito pelo meu punho, mas posteriormente foi aprovado pela minha Concelhia Distrital, Nacional e pelo Grupo Parlamentar na Assembleia da República, o que naturalmente significa que passou a ser o discurso oficial do Partido CHEGA.



Dr.<sup>a</sup> Tatiana, não tem como evitar: o Partido CHEGA existe, está de boa saúde e não se melindra com as suas queixinhas. Se pensava que o nosso discurso seria palha, lamentavelmente equivocou-se. Lutamos por causas, não descuidamos a história e abominamos o politicamente correto. Iremos fazer e dizer sempre o que pensamos, pelo menos até que nos consigam silenciar como quer a sua correligionária Dr.<sup>a</sup> Ana Gomes, e pelos vistos parece não estar longe do seu pensamento político. Este é o nosso ADN.

Portanto, eu e o Partido CHEGA não somos contra o 25 de Abril. Se pensava isso equivocou-se, não somos contra! Somos contra o que se passou a seguir ao 25 de Abril até ao 25 de Novembro e não entendemos como é que o seu Partido, que é um Partido que se diz democrático, pode não apoiar a celebração oficial do dia 25 de novembro.

Além disso, não entendo como é que possa ter ido para a porta do Teatro Lethes, onde estava a decorrer a cerimónia, falar com um membro da minha Comissão Política, fazer queixas daquilo que eu disse ou daquilo que eu não disse. Eu digo aquilo que eu quero, falo aquilo que quero e não entendo que o Partido Socialista e a senhora e o partido que quiser me possa tutelar; nem o meu partido me tutela quanto mais o seu e a senhora! Portanto, eu digo aquilo que quero, vou onde quiser, sou defensor do 25 de Abril, sou defensor do 25 de Novembro e é isto que eu tenho a dizer.

Sobre se a Dr.<sup>a</sup> Tatiana estava aqui na sessão ou não, eu trazia isto preparado e não sabia se a senhora ia estar presente ou não. Mas de qualquer forma, tem sempre forma de se defender conforme se defendeu agora- Tenho dito.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** – «Sr. Presidente, peço-lhe só mais trinta segundos apenas e termino de imediato, com a sua licença e o devido respeito que lhe tenho e a esta Assembleia Municipal.

Tenho pena que o membro do CHEGA não tenha também referido que o Dr. Henrique Gomes, que estava connosco a conversar na porta do Lethes, tenho pena que ele não tenha dito que o Dr. Henrique Gomes quis encomendar dois frangos, um com piri-piri e outro sem, para poder almoçar... Tenho muita pena que isso não tenha sido referido porque talvez fosse também de referir a quantidade de frangos que o Dr. Henrique Gomes encomendou nesse dia. Muito obrigada.»



**O membro da AM, António Figueiredo (CH)** – «É para dizer à Dr.ª Tatiana que eu sobre frangos de aviário não sei nada. É só isso.»

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** – «Muito obrigado a todos, creio que a honra de um e de outro ficou sobejamente lavada e enxaguada e é para isso que aqui estamos.

Vamos prosseguir então com a sessão do dia de hoje, com a discussão das moções e passarei de seguida a dar a palavra à bancada do PSD para apresentar a moção “Situação de caos na saúde que exige medidas estruturais – Governo está a falhar ao Algarve”.»

**O membro da AM, João Carlos Sousa (PSD)** – «Boa noite a todos, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os membros desta Assembleia e os membros da Câmara Municipal.

Vou passar a apresentar a **Moção “Situação de caos na saúde que exige medidas estruturais – Governo está a falhar ao Algarve.”**

O caos no SNS está a minar a confiança dos cidadãos. É tempo de reconhecer que se enfrenta um desafio estrutural, o qual não é suscetível de resolução com anúncios vazios ou bravatas ideológicas que a realidade rapidamente derrota. Estamos a ir de paliativo em paliativo.

Em concreto, as magnas questões:

1. Escassez de médicos agudizada pela vaga de aposentações;
2. Disputa de recursos pelo privado agudizada pelo crescimento exponencial de seguros de saúde, em face à perda de resposta do SNS;
3. Médicos e outros profissionais em debandada para o estrangeiro, em busca de melhores condições de trabalho, melhores carreiras e valorização profissional;
4. A questão dos médicos-tarefeiros, a qual nasceu em 2007, injusta e intolerável para quem é fiel ao SNS, a qual corrói o compromisso com os doentes e impede o espírito de equipa, para além de ser muito dispendiosa.
5. A questão política: que se diz arauto defensor do SNS não reconhece que haja um problema e com essa cegueira mais rapidamente se exime de tomar medidas e cria as condições para a desconfiança dos doentes e para a sua degradação.

No Algarve, em concreto, a questão é bem mais aguda. No hospital de Faro faltam médico de diversas especialidades: pediatras, dermatologistas, ortopedistas, entre vários outros, e as urgências são intermitentes em algumas destas especialidades, o que implica, no caso dos cuidados neo-natais encerramento de maternidade e de urgência pediátrica. Por exemplo, na primeira semana de junho, a urgência pediátrica de Faro esteve quatro dias encerrada. A confiança no SNS está a ser abalada.



Os compromissos de progresso de atividade assistencial têm vindo a falhar:

- Segunda região do país com maior percentagem de utentes sem médico de família;
- Hospitais de Faro e Portimão, bem como os Centros de Saúde no top das queixas dos utentes;
- Índice de demora média de consultas e cirurgias dos mais altos do país;
- Um dos piores índices de reinternamento.

Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Faro delibera:

1. Um voto de solidariedade para com os algarvios que sofrem com a ausência de cuidados de saúde atempados;
2. A exigência que o Governo tome medidas imediatas para regularizar a situação e garanta a contratação dos recursos necessários para que seja possível minorar os constrangimentos;
3. Que a Assembleia Municipal solicite reuniões com a tutela ARS Algarve e o Conselho de Administração do CHUA para acompanhar a situação e solicitar soluções para o problema.

Do teor desta moção deve ser dado conhecimento aos órgãos de soberania e aos órgãos de comunicação social.”

Tenho dito.»

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** – «Muito obrigado pela apresentação sucinta. Tenho aqui já um pedido do grupo parlamentar do Partido Socialista. Guilherme Portada tem a palavra.»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** – «Sr. Presidente da Mesa em exercício, digníssima Mesa, caros membros da Assembleia Municipal, digníssimo público.

Este tema da saúde é um tema sempre muito sensível, é um tema muito complicado e acho que todos nós estamos cientes que este é um problema grave e estrutural do nosso país.

Eu queria partilhar um pequeno episódio pessoal. Fui pai em maio do ano passado, a minha filhota nasceu no Hospital de Faro, no SNS. O obstetra dizia: vai para o SNS, se as coisas correrem mal é no SNS que estão os meios, portanto já que é para pensar no pior vai para o SNS. E eu vou-vos ser muito franco, eu quando via aquelas notícias, na semana passada, sem ter a certeza dos factos que estavam a ser anunciados estarem comprovados eu pensava: se fosse eu nesta situação, há um ano e um mês atrás, eu estaria em completo pânico, na expectativa de ter a



bebé, quando ela quisesse nascer (sim, porque na SNS e de acordo com Organização Mundial de Saúde o bebé nasce quando tem de nascer e no setor privado o bebé nasce quando é planeado nascer), eu se tivesse na eminência de ter a minha filhota eu estaria em pânico! E tenho a certeza que muitos pais, aqueles que puderam, desataram a ligar para os Hospitais privados para fazerem reservas, derivado ao pânico que estas notícias levantaram.

Aqui, nós temos que recuar um bocadinho atrás. Foi em 1990 que foi aprovada a Lei de Bases da Saúde (proposta pelo PSD), em que foi incentivada a transferência de médicos do setor do SNS para o setor privado, em que foi colocado o SNS em pé de igualdade com o setor privado. Mas ninguém está aqui a dizer que o problema da saúde não existe. O Senhor Primeiro Ministro já veio, na semana passada, dizer que o problema que se verifica é estrutural. O Senhor Presidente da República, quando perguntaram se a Ministra se devia demitir, veio dizer que o problema era estrutural. E o problema é estrutural!

A semana passada, o Sr. Presidente da Câmara falava aqui sobre os concursos da energia, e eu recordo-me de uma frase que ele disse: *“nós fazemos os concursos, o que importa é saber se as pessoas querem concorrer”*, e aí referia-se às empresas prestadoras de serviço de energia. E sobre a saúde? Os concursos estão feitos e as pessoas não concorrem! Neste momento, vai abrir um concurso para cinquenta obstetras e existem vinte e oito vagas de especialidade. Portanto, não estamos a formar médicos suficientes para as necessidades que nós temos no SNS, aliado ao facto de o setor privado ter outra capacidade de pagamento que o setor Estado não tem, porque obedece a regras. E, convenhamos, não são só os médicos que recebem mal. Os enfermeiros recebem menos do que deviam receber; os professores recebem menos do que deviam receber; os polícias recebem menos do que deviam receber. Nós temos um problema estrutural no país que obriga a que haja um aumento salarial. Agora, a pergunta é: eu, desta moção, não consigo retirar uma única proposta estrutural, a não ser um ataque ao Governo e um ataque ao Partido Socialista! Isto para dizer que nós também estamos sensíveis ao tema da saúde, estamos mesmo! O ano passado foram investidos três milhões de euros adicionalmente no Hospital de Faro. O número de urgências pediátricas aumentou 29%; houve mais quarenta e cinco mil episódios de urgência; as cirurgias aumentaram no último ano, 20% as cirurgias convencionais e 35% as cirurgias em ambulatório; as consultas



aumentaram 12,5%. Portanto, continua a haver problemas... continua! Mas onde é que estão as soluções?

Não se recordam, há uns anos, quando se falou no curso de medicina na Universidade do Algarve, quem é que era contra? Não se recordam que a Ordem dos Médicos era contra? Não se recordam que durante uns tempos era a Ordem dos Médicos que condicionava as vagas de acesso ao ensino superior, o chamado “*numerus clausus*” em que dizia: *não se podem formar mais alunos*, e o Governo disse: *acabou, quem estabelece o número de vagas de acesso ao ensino superior para medicina somos nós*. O que é que a Ordem dos Médicos fez? Em vez de limitar as vagas e a disponibilização de recursos de médicos no mercado, por via das vagas no ensino superior, limitou as vagas de acesso à especialidade. Então isto é um problema grave e é um problema estrutural que nós temos no Algarve!

Mas deixem-me dizer-vos uma coisa. Aqui falam da maternidade de Portimão; isto é claro, a maternidade de Portimão esteve fechada durante quatro dias e, durante estes quatro dias, o CHUA e o SNS deram resposta a todas as necessidades que surgiram de visitantes e de residentes. E não comparemos o Algarve com outras realidades do país. Não há mais nenhuma região do país que tenha tanta pressão de visitantes e turistas como nós temos, a recorrer ao SNS. Mas sabem o que é que o PSD queria fazer quando era o responsável do CHUA? Queria fechar a maternidade de Portimão! Neste momento o esforço que se faz é, em face aos poucos recursos que existem, manter a coisa minimamente operacional.

Portanto, caros membros da bancada do PSD, não sei se vocês sabem mas uma utente que venha do Hospital de Portimão para o Hospital de Faro está no mesmo Centro Hospitalar mas é considerado como se fosse um reinternamento por um problema do *software*. A pessoa sai do Hospital de Portimão para ir a uma consulta a Faro, volta ao Hospital de Portimão é um reinternamento. Isto é resultado também da fusão à pressa que o PSD fez do Centro Hospitalar Universitário do Algarve.

Portanto, o apelo que nós aqui queremos fazer e deixar é o seguinte: o PS está sensível aos problemas da área da saúde, mas existem aqui algumas expressões e algumas frases que são um manifesto ataque ao Governo – nomeadamente o título, o primeiro parágrafo, o ponto número 5, a questão do fecho da maternidade nos quatro dias em Portimão, um dos



piores índices de reinternamento que está aqui explicado um dos fatores que determina esse índice de reinternamento – portanto, o que nós gostaríamos aqui de apelar ao PSD é que reveja a sua proposta de moção, que retifique estas expressões, porque aquilo que me parece é que este é um tema que todos estamos em sintonia. Portanto, eu acredito e o PS acredita que este é um tema que deve ser defendido por todos.

Portanto, transformem o documento, tornem o documento em algo de unânime e consensual para que nós também o possamos acompanhar, porque aquilo que está aqui escrito não nos permite, como compreenderão, acompanhar este documento. Obrigado.»

**O membro da AM, Elza Cunha (PAN)** – «Cumprimento o Sr. Presidente em exercício e na sua pessoa todos os presentes.

O PAN acompanha as reflexões e as preocupações do PSD, no que diz respeito ao caos em que se encontra a saúde na nossa região que, aliás, é transversal a todo o país, e por esse motivo vamos votar favoravelmente esta moção.

Queríamos, contudo, dizer que concordamos que são necessárias medidas urgentes para contratação, porque na verdade é insustentável serviços fechados, riscos imensos, mas estas medidas urgentes não podem deixar para trás o que é uma verdadeira e profunda reforma que precisa de ser feita.

Só com medidas de fundo, com uma reestruturação profunda das carreiras médicas, dos espaços físicos e equipamentos há muito obsoletos e sem funcionar, assim como uma revisão da grelha salarial digna, de acordo com a exigência e a especialização dos clínicos – estou aqui a falar de médicos mas é óbvio que não vamos de forma alguma excluir as outras classes profissionais – só assim será possível inverter o desfecho catastrófico à vista de todos. Não há como dizer as coisas de outra maneira, branquear ou aligeirar, a catástrofe está, há muito, à vista de todos.

Não há mais lugar para cuidados paliativos no SNS. Trata-se de uma intervenção de urgência em cuidados intensivos que permita restaurar a falência multissistémica em que se encontra o nosso SNS. É disto que se trata. É disto que é alertado há muito, há mais de uma década, por quem trabalha no Serviço Nacional de Saúde. Muito obrigada.»



**O membro da AM, Manuel Mestre (MPT)** – «Boa noite Sr. Presidente em exercício, restante executivo e caros colegas.

Já estamos habituados a sermos mal tratados pelos sucessivos Governos, não só pelo Governo do PS, mas por outros. E neste caso da saúde, calhou agora a ser o PS e está a ficar de uma forma de tal maneira difícil de aceder ao SNS que as pessoas, aquelas que podem (infelizmente não podem todas) estão a recorrer, como já foi aqui dito, aos Hospitais Privados. Eu por acaso tenho uma pessoa amiga que está prestes a ser mãe e que, conforme já foi dito aqui, com estas notícias resolveu ter a criança num Hospital Privado, porque realmente está em pânico. O que acontece é que o adiar do Hospital Central do Algarve é mais uma machadada, durante anos e anos, na nossa saúde aqui no Algarve.

Outra coisa é que, com a pandemia, foi dada a hipótese aos médicos, e bem, de concorrer a uma coisa, à Segurança Social, chamada Riscos Clínicos. E os médicos que concorrem aos Riscos Clínicos chegam a estar um ano em casa a receber ordenado. Portanto, talvez convenha ver quantos médicos existem e em que especialidades é que estão em Riscos Clínicos na Segurança Social. Sei que muitos ficam em “*burnout*” que já não conseguem trabalhar mais por fazerem horas e horas a fio e têm que arranjar forma de conseguir relaxar, mas o que acontece é que chegam a estar um ano em Riscos Clínicos e isso é nitidamente prejudicial para a saúde, não só no Algarve mas no país todo.

Portanto, acho que há vários fatores aqui a condicionaram a saúde e que têm que ser bem analisados. Os médicos passam tanto tempo a ter formação nas Universidades Públicas, deviam, quando acabam os seus cursos, ter a obrigação de ficarem durante um determinado tempo a servir os Hospitais Públicos também. Isso poderia ser uma opção, mas vale o que vale. Disse.»

**O membro da AM, Beatriz Calafate (PS)** – «Muito boa noite. Cumprimentar o Presidente em exercício e na sua pessoa todos os presentes.

O curioso é o PSD ser o Partido que queria acabar com o Sistema Nacional de Saúde.

O Partido Socialista é defensor do Sistema Nacional de Saúde, não finge que é em momentos oportunistas.



O Sistema Nacional da Saúde apresenta resultados que nos deixam a todos muito orgulhosos, apesar das dificuldades que foi tendo ao longo da sua história.

As sociedades humanas atravessam grandes transições e os seus sistemas de saúde, como é óbvio, requerem mudanças adaptativas complexas e de larga escala, abrangendo o todo sistémico e não apenas partes desse todo.

Um dos desafios atuais nos sistemas de saúde, talvez o principal, é o da prestação de cuidados centrado nas necessidades das pessoas e não nas organizações. Isto obrigará a uma descentralização da gestão e à reorganização dos recursos humanos e materiais das organizações de saúde.

Portanto, atualmente, e com a colaboração de todos, há necessidade de uma análise profunda dos modelos de funcionamento.

A moção do PSD, nos em moldes em que está escrita, está centrada na criação de um culpado de modo a assegurar o direcionamento de todas as responsabilidades. Portanto, a bancada do PS considera esta moção inócua e desprovida de qualquer conteúdo de relevância para se abordar o assunto do Sistema Nacional de Saúde de forma construtiva.

Muito obrigada.»

**O membro da AM, António Figueiredo (CH)** – «Sr. Presidente, em exercício, ainda há pouco não o cumprimentei e disso peço desculpa e na sua pessoa cumprimento toda a Assembleia, as minhas desculpas.

Eu queria comentar, porque as palavras do Partido Socialista... e queria explicar isto muito sucintamente. Curso de Medicina no Algarve, eu sou contra! Sempre fui! Já fiz disso ver ao meu partido, à Distrital, à Nacional inclusivamente ao grupo parlamentar e vou explicar porque é que sou contra.

Eu não sou contra a existência de uma Faculdade de Medicina no Algarve, sou contra a existência de uma faculdade de Medicina antidemocrática no Algarve, que é o que se passa com esta Faculdade de Medicina que existe em Faro. E digo que é anti democrática porquê? Porque a ela não tem acesso quem deveria ter em primeiro lugar, que são os jovens que acabam o 12.º ano, que fazem os seus exames e concorrem em pé de igualdade com todos os outros jovens. A Faculdade de Medicina no Algarve foi feita, não para esses jovens, foi feita para quem já tem outros cursos e que então pode concorrer a esta Faculdade. Eu considero isto profundamente



anti democrático. O meu filho acaba o 12.º ano e não pode concorrer à Faculdade de Medicina do Algarve, tem que ir tirar um curso de enfermagem, de economia, para depois poder concorrer à Universidade do Algarve. É assim, e eu sou profundamente contra isto. Não sei qual é a opinião oficial neste momento do meu partido, mas eu já o fiz sentir que sou profundamente contra a existência desta faculdade. Eu por acaso sei porque é que ela foi desenvolvida neste sentido, mas isso são outras águas que eu não quero entrar aqui...

Quanto às vagas para a especialidade, também tenho algo a dizer porque sei o que é que se passa. O que se passa é que a Ordem dos Médicos não tem culpa rigorosamente nenhuma, tem louvores só da minha parte, por não abrir mais vagas para a especialidade. Porquê? Isto parece um contrassenso, mas não é. Faltam especialistas? Faltam! Mas e então a Ordem dos Médicos não abre? Não, não abre e ainda bem, graças a Deus! Que haja alguém ainda com cabeça neste país. Não pode abrir porquê? Porque formar especialistas pressupõe aulas práticas, pressupõe um exercício prático. Por exemplo, aqui há uns anos, no Algarve, havia na especialidade de cirurgia geral; três ou quatro internos foram a exame, esses três ou quatro internos de especialidade de último ano chumbaram todos, sem abrir a boca. Porquê? Porque o seu curriculum era insuficiente, porque não tinham número de apendicites, número de colecistectomias, número disto, número daquilo, suficiente para se poderem apresentar a exame.

Portanto, para que haja vagas de especialidade é preciso duas coisas: em primeiro lugar, que os serviços tenham idoneidade, e a idoneidade é reconhecida pela Ordem dos Médicos; em segundo lugar, que tenha capacidade pelo número de utentes para formar especialistas, que ao fim daqueles anos tenham um curriculum que possa ser aprovado pelo júri, sem isso é impossível.

Queria também deixar aqui uma palavrinha a uma exposição que ouvi da Ministra da Saúde, que eu por acaso não gosto, é só por acaso, que diz que vai importar médicos; tudo bem, eu só ponho uma questão e ponho uma questão porque a sinto na pele. É assim: importar médicos fora do país tudo bem, mas há uma coisa fundamental, é que saibam no mínimo falar português, porque eu recebo nas minhas clínicas doentes que vão ao Serviço Nacional de Saúde e me vêm dizer: *ó doutor, eu venho aqui porque não percebi nada do que o seu colega disse, ele não fala português.*



Portanto, era fundamental que estes médicos importados de Cuba, da Venezuela, enfim... façam exame de português.

A minha filha, por exemplo, tirou o 12.º ano em Portugal, depois cursou medicina no estrangeiro. Quando chegou a Portugal para se inscrever na Ordem dos Médicos teve de fazer – incrível! – exame de português, tendo feito o 12.º ano cá. Então, ela tem que fazer exame de português sendo portuguesíssima, tendo feito o 12.º ano em Portugal, tirou o curso de medicina no estrangeiro e chega cá tem que fazer exame de português, ao passo que estes médicos importados não fazem exame de nada. Não concordo!

O Partido Socialista também disse que tinha muito orgulho no Serviço Nacional de Saúde que existe em Portugal. É assim: o CHEGA não acompanha isto, o CHEGA tem vergonha do Serviço Nacional de Saúde que existe em Portugal, que não serve os portugueses, serve sim as clientelas políticas do PS, com as nomeações dos seus “boys” para os cargos dirigentes como se tem verificado. Tenho dito»

**O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Boa noite a todos.**

Eu gostava de fazer aqui referência a algumas frases que já ouvi aqui hoje e que tem que ser reposta a verdade.

Quer dizer, o PSD não quer acabar com o Serviço Nacional de Saúde, isso efetivamente não é a matriz do PSD. O PSD pode ter visões diferentes relativamente à metodologia de gestão do Serviço Nacional de Saúde, mas muito pelo contrário o PSD é um defensor do Serviço Nacional de Saúde. Portanto há aqui um equívoco nalgumas frases que aqui foram ditas, assim como que a Lei de Bases da Saúde aprovada pelo PSD empurrou os médicos para o privado, também me parece que há aqui um equívoco porque efetivamente aquilo que se percebe é que já houve uma nova Lei de Bases, não sei se estou bem informada pois não é a minha área, mas eu acho que esta Lei da Bases já foi revista e neste momento temos uma nova Lei de Bases. Portanto, já não faz sentido estar a falar de uma Lei de Bases que não tem nada a ver com o caso presente, mas quanto muito na Lei de Bases que está em vigor, ao qual, segundo sei, havia algumas parcerias públicas/privadas que foram canceladas, daí agudizou ainda mais o acesso à saúde.

Por outro lado, aquilo que se está aqui a pretender chamar à atenção é que, apesar de se considerar e reconhecer que há um problema estrutural



no país a nível da saúde, o Algarve está pior, e penso que o sentido da moção teve a ver com isso, com o facto de, mesmo sendo um problema estrutural, no Algarve ainda estamos pior. Isto porque temos circunstâncias específicas e já vem de trás, não é só de agora, mas piorou.

Piorou também com várias circunstâncias de empobrecimento, digamos, de redução das suas estruturas, falta de construção do novo hospital, que efetivamente traria aqui um estímulo para as pessoas se manterem, porque no fundo mesmo que sejam contratados temporalmente eles acabam por sair, portanto há uma grande rotatividade. Essa rotatividade tem de ser combatida com estímulos e essa questão dos estímulos, se calhar, têm de ser ainda maiores aqui no Algarve do que em outras regiões, porque o Algarve é uma região que tem falta de quase tudo, médicos, professores e tudo o que são profissionais qualificados. Até na minha área, como arquiteta posso dizer que eu, desde que saí da Câmara, já rodei duas vezes as pessoas que estão no meu gabinete em cinco anos, só para perceberem. Portanto, o que significa que há uma grande rotatividade a nível de técnicos especializados e isso significa que para conseguir manter as pessoas temos que lhes dar mais em salário ou mais em condições ou mais em atratividade ou mais em recursos, seja de formação seja de outros, mas tem que se dar algo mais para conseguir cativar as pessoas. É isto que eu queria transmitir.

Por outro lado, também posso dizer que, pessoalmente, e já agora só por uma questão de experiência pessoal, eu tenho recorrido sistematicamente ao Serviço Nacional de Saúde com a minha filha, que infelizmente tem tido vários episódios graves, e o que é certo é que ela tem sido tratada muito bem no Hospital de Faro. Até agora, em todas as vezes que recorri, apesar das condições terem sido sempre muito difíceis, que a gente sente que as condições são difíceis, o Hospital de Faro tem reagido bem, pelo menos no meu caso. Do ponto de vista pessoal, o que eu quero dizer é que o Hospital de Faro, para mim, ainda contém um corpo médico que me parece de bastante valia e temos que lutar para que isso se mantenha, pelo menos que aqueles não se vão embora e que efetivamente haja mais para continuar a ter cada vez melhor Serviço Nacional de Saúde no Algarve. Obrigada.»

**O membro da AM, Carlos Alberto (PS)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente, para já saudar V. Ex.<sup>a</sup>, a Mesa, Sr<sup>as</sup> Vereadoras, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados Municipais e Exm.<sup>o</sup> Público.



Eu não podia remeter-me ao silêncio em relação a esta discussão. Se há um partido que não tem autoridade moral para apresentar esta moção chama-se PSD. E digo isto porquê?

Já aqui foi dito que o problema da saúde é um problema estrutural. Como tudo na vida... e sou um defensor acérrimo do Serviço Nacional de Saúde, com todos os seus defeitos e as suas virtudes, e passo já a um exemplo: tive uma pessoa da família que foi tratada num Hospital privado, foi detetado um problema e gastou dez mil euros; passados quinze dias já estava na mesma. Eu disse-lhe: “vai ao Hospital, vai ao Hospital”. E ela foi. E foi uma médica que está aqui nesta sala que a tratou e que a mandou para Lisboa. Gastou meia dúzia de tostões e foi operada em Lisboa e está bem de saúde, graças a Deus. E isto veio a propósito do que é o Serviço Nacional de Saúde.

Outro exemplo, de um amigo meu que entrou recentemente, com um AVC, num Hospital particular; tinha um seguro de saúde e pediram-lhe dez mil euros à cabeça para poder ser operado de urgência e ele não tinha. Deram-lhe uns medicamentos e veio para casa. Depois foi para o Hospital, foi tratado e passados dois dias foi operado e hoje está bem, graças a Deus.

É isto que eu lhe quero dizer, há um lóbi importante! Eu também sei e compreendo que o Serviço Nacional de Saúde esgotou. O atual sistema do Serviço Nacional de Saúde esgotou! É preciso ser repensado, mas é como tudo na vida, quarenta anos depois houve uma evolução da sociedade, houve um desgaste dos próprios hospitais e não houve grandes investimentos.

E a propósito de investimentos, começo por dizer que o PSD esteve no Governo entre 2011 e 2015; sabe quanto é que gastou em termos de investimento na saúde? Oito mil milhões de euros em 2013, oito mil e oitocentos milhões de euros em 2014 e nove mil milhões de euros em 2015. O PS, em 2020, investiu na saúde 11,5 mil milhões de euros, em 2021 investiu doze mil milhões de euros e em 2022 já lá vai em treze mil milhões de euros. Portanto, a questão não é questão de dinheiro é um problema estrutural, é um problema que envolve os lóbis, e há vários lóbis em relação à saúde. E lembro aqui um lóbi que foi dito pela Presidente da Federação dos Hospitais Privados: “*A saúde privada rende mais dinheiro que uma fábrica de munições*”. É de facto uma indústria onde se ganha



muito dinheiro é a saúde privada. Mas todos nós estamos de acordo que há deficiências, há problemas que temos que resolver em relação à saúde.

Eu fico espantado quando aparece esta moção. Ainda há dias um hospital que tem dois ou três hospitais aqui no Algarve fez uma campanha que diz assim: “ *O Grupo de Saúde está presente de norte a sul do país, venha para o Algarve que fica em boas mãos. Se for de férias para o Algarve e precisar de cuidados médicos as nossas disponibilidades estão ao seu dispor em todos os serviços e consultas.*” De facto é isto! E estamos aqui a discutir o sexo dos anjos. E todos nós aceitamos que é necessário rever todo o sistema do Serviço Nacional de Saúde, que está esgotado, teve o seu tempo, e é com muito orgulho e estou convencido que todos os portugueses têm muito orgulho do Serviço Nacional de Saúde, e eu aqui não ponho de fora o PSD e todos os partidos que têm estado no ato do poder, é que todos se empenharam na defesa do Serviço Nacional de Saúde. Tenho dito.»

**O membro da AM, Michel Ribeiro (PSD)** – «Muito obrigado, Sr. Presidente, na sua pessoa quero cumprimentar todos os presentes.

Eu tenho uma pergunta para o grupo municipal do PS. O Governo tem maioria absoluta e eu quero perguntar o que é que falta para vocês deixarem de dizer que é estrutural e porem mãos à obra?

Tenho dito.»

**O membro da AM, Rui Gago (PSD)** – «Sr. Presidente da Mesa, colegas da Mesa da Assembleia Municipal, colegas deputados das várias forças, membros da equipa administrativa que nos ajudam e quem nos está a ver aqui no público, boa noite a todos.

Eu gostava de começar com uma expressão que achei curiosa na segunda intervenção do Partido Socialista. Criticar a nossa moção por procurar culpados e começar a intervenção com a expressão o PSD quis matar o Serviço Nacional de Saúde, parece-me, à falta de melhor português, “curioso”.

Gostava de referir também que ouvi com atenção todas as intervenções, a primeira intervenção do nosso colega Guilherme, que trouxe aqui *inputs* muito interessantes que nos levam a pensar; trouxe também conclusões que de boa parte delas discordo, mas não deixa de ser importante de refletirmos nas mesmas.



E nesse sentido, até por tudo o que foi aqui dito, julgo que é importante começar por diferenciar duas realidades que, embora se juntem, são diferentes. Uma coisa é nós falarmos dos profissionais de saúde do SNS em Portugal, que são profissionais que já provaram, antes do COVID, durante o COVID e depois do COVID, que têm um empenho, uma dedicação e um amor à profissão e ao bem humano incomparáveis e que merecem o nosso aplauso por isso. Outra, é falarmos da organização do Serviço Nacional de Saúde como um todo. E dentro dessa organização e da forma como essa organização está feita, aí sim eu vejo que há diferenças de opinião entre nós e entre as nossas forças políticas em geral, dentro da comunidade civil não vejo assim tantas. Mas as diferenças estão em que enquanto alguns de nós acham que o Serviço Nacional de Saúde, do ponto de vista organizacional, não está nada bem, outros acham que até está mais ou menos e só porque se gastou mais dois mil milhões de euros ou três, continua mais ou menos, que melhor é difícil e até temos que ouvir a expressão de que é como estar a “discutir o sexo dos anjos”, que é uma coisa que me deixa completamente exasperado. Porque a realidade é que nós não acordámos para estes problemas da organização do Serviço Nacional de Saúde hoje. Ontem não estava tudo bem e hoje está tudo mal, não é isso. Os problemas estão lá há anos, décadas, são coincidentes com Governos de PS, PSD, com Governos de *Geringonça* e que passados seis anos, gastando mais dinheiro, a situação na minha perspetiva está pior. Poderão discordar de mim dizendo que está igual, melhor sinceramente não consigo ver e é numa realidade destas que se torna importante a moção que a nossa bancada apresentou e que deve ser aqui discutida.

Analisando algumas das notas que aqui temos, algumas das entradas que temos na moção que foi referido pelo meu colega Guilherme que não estão claras o suficiente ou que poderão ter uma expressão mais política, eu vou referir aqui duas ou três.

Logo no título “Governo está a falhar no Algarve”, eu acho que isto é óbvio quando nós estamos num país onde é anunciada a construção de quatro hospitais, o segundo com maior urgência do país seria o Novo Centro Hospitalar do Algarve e não avançou, por isso aí acho que o Governo começou a falhar no Algarve.

Depois temos “O SNS está a minar a confiança dos cidadãos”, várias pessoas aqui referiram, ou conhecem alguém, ou se estivessem na situação fariam isto de marcar um parto num Hospital Privado por não



terem confiança no Serviço Nacional de Saúde neste momento, por isso a confiança está minada.

Continuando “estamos a ir de paliativo em paliativo”, também é mais ou menos a mesma questão, passaram seis anos de Governo PS com apoio à esquerda do hemiciclo e nada de estrutural alterou. Nós também referimos que o problema é estrutural, verdade; falta de médicos por aposentações, verdade; médicos e profissionais em demandada para o estrangeiro; até complemento com as dificuldades de formação de novos médicos, mas a Ordem dos Médicos não nos deixa fazer mais cursos, pois quando a situação é grave e vale vidas humanas eu acho que tudo deve ser discutido e deve estar em cima da mesa.

E sem me alongar muito mais concluiria com o seguinte: em qualquer organização, quando nos deparamos com um problema de tal complexidade mas de urgente resolução, como este que o Serviço Nacional de Saúde em Portugal está a passar neste momento, cabe-nos fazer dois exercícios. O primeiro é: como é que estancamos a hemorragia neste momento? Como é que nós evitamos que haja um número tão grande de pessoas a sofrer hoje, versus o menor número que seria possível? Que medidas imediatas é que podem ser tomadas, por mais duras que sejam, para minimizar o problema? E, depois, planear estrategicamente como é que conseguimos resolver o problema a médio e a longo prazo. E aí temos que trazer para a mesa os quadros médicos públicos, os administradores dos CHUAS, os diretores clínicos, quem realmente percebe do assunto para participar nesse processo de criação estratégica de resolução do problema e não continuarmos com nomeações políticas a tomarem decisões em cima do joelho, de cima para baixo, com as consequências que se vê na saúde e noutras atividades. Tenho dito, obrigado.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – «Nós lemos e relemos este texto e ficámos positivamente surpreendidos, e vou fundamentar porquê.

Começando pelo fim, pela manifestação de solidariedade a todos os que não têm tratamento da sua doença atempado, no Algarve, particularmente no concelho de Faro, nós julgamos que sim, por duas razões: estar em sofrimento pela doença e esperar muito tempo pelo tratamento é altamente doloroso para o próprio e para quem está perto dele. Mas para além disso, e como a economia dos recursos é extremamente importante, todos, uns mais outros menos, sabemos que aquilo que não é tratado hoje por um determinado custo, será tratado amanhã por um custo muito



superior, na maior parte dos casos. Portanto, esta manifestação de solidariedade, quanto a nós, é devida.

Depois, “exigem-se medidas imediatas”, nós acrescentaremos, expeditas, razoáveis, de acordo com os recursos disponíveis, mas que apareçam de concreto no terreno, que surtam efeito já. Não aprofundemos questões conjunturais e estruturais para mascararmos aquilo que pode e deve ser feito já e aquilo que pode e deve ser feito a seguir. Com o que conseguirmos mobilizar de recursos disponíveis, quer recursos humanos, quer recursos materiais, tenhamos a ousadia de agir já. Quem nos pôs aqui exige de nós atenção e ação relativamente a isso.

Finalmente, por tudo o que já ouvimos aqui hoje, o problema para a nossa sociedade, para a nossa região e para o nosso concelho, parece não ser um problema de somenos importância. Daí que se exige que esta Assembleia tome a iniciativa de se esclarecer mais, junto de quem tem responsabilidades no setor, de estar melhor informada indo diretamente a quem tem também a obrigação de a informar melhor sobre o concreto das situações. E nós temos a obrigação de ir ter com os responsáveis que no setor da saúde nos podem esclarecer, informar e pressioná-los.

Para lá disto, gostava de dizer o seguinte: eu estive a fazer aqui um apanhado dos principais dirigentes do Partido Social Democrata neste século: Durão Barroso; Pedro Santana Lopes; Luís Marques Mendes; Luís Filipe Menezes; Manuela Ferreira Leite; Pedro Passos Coelho e Rui Rio. Alguns tiveram responsabilidades governativas, outros não terão tido, mas que me recorde, falando de questões da saúde, à cabeça esteve sempre o Sistema Nacional de Saúde. E no Sistema Nacional de Saúde sempre foi considerado, ano após ano cada vez mais altamente considerado, o papel do investimento privado na saúde. O papel do investimento privado alapado aos recursos do Estado no Serviço Nacional de Saúde; a secundarização do Serviço Nacional de Saúde; a grande importância que o setor social da saúde teria, ou seja, foi-se construindo uma retórica – que não foi retórica, foi realização concreta do Sistema Nacional de Saúde no qual, a pouco e pouco, o Serviço Nacional de Saúde seria o parente pobre.

Com o parente pobre do Sistema Nacional de Saúde agora todos estamos aflitos com a desgraça. Porque até quem tem muito dinheiro, na maior parte das vezes, não se consegue tratar devidamente. E porque quem tem muito dinheiro, na maior parte das vezes, quando está à beira da certidão de óbito vai colocar os últimos custos no Serviço Nacional de Saúde.



Eu não vou contar histórias, todos que aqui estão sabem porventura até muito mais histórias do que eu; esta é a realidade pura e dura com a qual estamos confrontados.

Porque é que este texto nos surpreendeu – lido e relido – positivamente? Não fala em Sistema Nacional de Saúde. Não fala no papel dos privados no Sistema Nacional de Saúde. Não fala no setor social da saúde. Não fala no papel dos seguros de saúde. Assume. E gostaria que isto fosse sentido de alma e coração pelo Partido Popular Democrata/Partido Social Democrata. Não ponho em causa que seja pelo primeiro subscritor e pelos outros subscritores, o vosso partido está muito longe, no programa e na ação, daquilo que está aqui. E é altamente responsável, juntamente para o Partido Socialista, pela situação a que nós chegámos. Esta é a verdade pura e dura. E até têm a coragem neste papel, neste escrito, de referir aqui uma das últimas grandes criações de consumo de recursos públicos no serviço nacional de saúde: os famosos médicos tarefeiros. Quem são as empresas dos médicos tarefeiros? Quem são os acionistas das empresas dos médicos tarefeiros? Quem são os dirigentes das empresas dos médicos tarefeiros? Qual o grau de promiscuidade desta gente toda com quem dirige em nome do Estado nacional o setor da Saúde em Portugal?

Nós vamos votar favoravelmente, mas vamos votar favoravelmente com a consciência de que isto que está aqui é a negação profunda das políticas e das práticas do PPD/PSD, praticamente desde sempre.

**O membro da AM, António Miranda (PS)** - «É muito rápido. Eu pedi só a palavra no seguimento de um pedido de resposta à nossa bancada. A nossa bancada já assumiu aqui que existem problemas, o que nos causou estranheza foi o facto de... e foi devidamente explicado agora pelo deputado do CDU, a corresponsabilidade que o PSD também tem nesta matéria e, como tal, nos surpreende também a nós que façam essa crítica ao PS. Lembro que foi no governo do Passos Coelho que o Governo entendeu ir duplicar o corte; a Troika já exigia alguns esforço mas foi opção do Governo do Doutor Pedro Passos Coelho cortar o dobro daquilo que a Troika lhe pedia. Se isto não era uma forma de destruir ainda mais o Serviço Nacional de Saúde, não sei...

Um testemunho de um militante do PSD, num livro que escreveu sobre esta problemática, diz que não há reforma sem confronto. Provavelmente, o Governo do PS pretende estudar isto e perceber os consensos que possam existir, para evitar aquilo que seria a resposta do PSD.



Seguramente não será o confronto que o militante do PSD definia para resolver o problema da saúde. E era isto.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** - «Sr. Presidente da Assembleia, em exercício, estimados elementos da Mesa, vereadores e restantes membros aqui presentes.

A posição sobre os privados e o setor da Saúde, esperava da CDU não esperava tanto do PS, para ser sincero. Não tarda e o PS afirma que é preciso obrigar, prender, os profissionais de saúde ao setor público em vez de valorizar os mesmos.

De qualquer das formas, nós concordamos com muitas coisas que foram referidas aqui. Concordamos que o problema não tem anos ou meses. Mas sim décadas. Quem não se lembra – e muitas vezes nós temos miopia, em termos de horizonte temporal – mas há décadas que se faziam urgências e internamentos nos corredores do Hospital de Faro. E por isso, sim, melhorou, ao longo dos últimos anos; pelo menos, não vemos continuamente esta situação.

Sim, os salários são maus, são péssimos, é preciso melhorá-los. Como é que se melhora? É o crescimento económico, que nós defendemos.

Existem problemas estruturais, sem dúvida alguma. E concordo também que o documento exige medidas estruturais mas depois não refere medidas estruturais.

Não concordo com tudo o que está escrito na descrição, mas na deliberação não discordo taxativamente de absolutamente nada. Por isso, irei acompanhar esta moção.

Também ninguém afirma que o público é mau. Muito pelo contrário, o público faz parte, é um elemento essencial. E até digo mais, no longo prazo, mesmo inserindo os privados, os sociais, os público-privados no sistema de saúde, o público terá uma enorme vantagem competitiva, nós temos de saber é aproveitar.

É possível valorizar um profissional, por exemplo, além do dinheiro, no público. Porque não se aposta numa maior integração das faculdades de medicina, por exemplo, nos hospitais públicos, capacitando os profissionais de capacidades de investigação, de desenvolvimento, etc.? Eu acredito que se isso for feito, no longo prazo o público terá uma enorme vantagem.



No entanto, o membro Guilherme Portada referiu aqui vários números – e concordo com eles, já agora – mas deixou um de fora, que é muito favorável ao PS e não sei porque é que não foi utilizado... Aliás, foi já referido que o PS aumentou muito o dinheiro gasto, o problema é que os problemas continuam.

Em termos de contratação de profissionais, podem aceder à Monotorização do SNS (que é pública) e vemos que nos últimos três anos, só, a nível nacional aumentou 15% o número de profissionais afetos ao SNS. Se nós formos ver o número dos médicos e dos enfermeiros, ainda maior é o crescimento. No Algarve, o crescimento foi 16,6% - em números totais são 990 profissionais mais afetos ao Serviço Nacional de Saúde do que há três anos (estou a falar de maio de 2019, para comparar).

Se compararmos com 2014, o crescimento anda na ordem dos 30% a nível nacional e 19% a nível do Algarve.

Ou seja, desde 2014, de facto cada vez há mais profissionais, cada vez é gasto mais dinheiro. O problema é que os problemas permanecem. O problema estrutural necessita de modelos de gestão, modelos organizacionais diferentes, e inserir os modelos privados, os modelos sociais, para garantir uma verdadeira universalidade, como, já agora, a CDU sempre exige – e exige bem – universalidade para os utentes escolherem quem querem, e para todos, não só para alguns privilegiados. Porque, sejamos sinceros, nós acusamos o SNS mas também sabemos que quando temos um problema, se não for muito grave, é ir ao privado porque sabemos que em vez de esperarmos dois anos, esperamos um mês no privado.»

**O membro da AM, Ana Passos (PS) – pedido de esclarecimento** «Sr. Presidente, o grupo do Partido Socialista lançou um repto ao grupo Social Democrata e não obtivemos resposta concreto. Assumimos o silêncio do grupo Social Democrata como uma resposta negativa? Era esse o esclarecimento.»

**O membro da AM, José Carlos Sousa (PSD)** - «Nós vamos manter a moção como ela está, não vamos fazer nenhuma alteração.»

*Não havendo mais intervenções, passou-se à votação da moção:*

Votos contra – 10 (PS)

Abstenções – 00



Votos a favor – 20 (10PSD, 02 CDS, 01MPT, 01IL, 1CH, 03CDU,01BE, 01PAN)

A moção foi aprovada por maioria.

### **O membro da AM, António Mendonça (CDU) - Moção**

Reverter o assalto que os grupos privados de saúde estão a fazer ao SNS

Investir no SNS

Garantir o direito à saúde no Algarve

A degradação do Serviço Nacional de Saúde quer na região do Algarve, quer no País, é inseparável das opções de sucessivos governos de submissão ao défice das contas públicas — que impede o investimento nos serviços públicos — e de favorecimento dos interesses dos grupos económicos privados que beneficiam do desvio de recursos do setor público para o setor privado.

Muitos são os exemplos que comprovam esta realidade no Algarve. A mais recente situação que confirma a ausência de respostas do Governo foi o encerramento da urgência de Ginecologia e Obstetrícia no Hospital de Portimão, que se junta aos encerramentos já verificados na urgência pediátrica no Hospital de Faro. Uma decisão que segundo o próprio Conselho de Administração do CHUA ocorreu "Devido à dificuldade em assegurar escalas na maternidade e no bloco de partos de Portimão", ou seja, à ausência de médicos e de outros profissionais capazes de assegurar este serviço.

Esta situação, revela não só a ausência de medidas que garantam a atração e fixação de médicos e de outros profissionais de saúde no SNS — como o PCP tem proposto designadamente durante a discussão da proposta de Orçamento do Estado para 2022 — mas também, uma política que, de forma indireta, contribui para alimentar o negócio dos grupos económicos privados que lucram com a falta de resposta do SNS.

Ao contrário do que diz o Ministério da Saúde, o recurso em situações de urgência pediátrica apenas em Portimão, ou de urgência de ginecologia e obstetrícia apenas em Faro, não são solução. As crianças e os pais algarvios precisam de ter a segurança de que, em qualquer eventualidade, as portas da urgência não se encontram encerradas, nem a saúde e a vida são postas em causa.

A CDU relembra que, infelizmente, a falta de profissionais de saúde em todo o Algarve desde os cuidados primários, passando pelos hospitais, aos cuidados continuados é uma realidade que, pese embora as muitas promessas, não tem tido resposta. Por um lado, impede-se a devida valorização salarial e profissional dos trabalhadores da saúde em nome da contenção da despesa pública, por outro, favorece-se a contratação de médicos "tarefeiros" pagos à hora a empresas privadas que ficam com parte desse valor - e encaminham-se os doentes para os grupos privados de saúde, que são financiados com os recursos públicos retirados ao



SNS. É este o esquema que está montado. É esta a principal causa porque faltam médicos e outros profissionais no SNS e que leva ao encerramento de serviços.

A CDU reafirma que a transformação do direito à saúde num negócio da doença, transformará a prestação de cuidados de saúde num privilégio de alguns, tal como acontecia antes do 25 de Abril, ou seja, tal como acontecia antes da criação do SNS. Relembrem-se as declarações de Isabel Vaz do Conselho de Administração do Grupo Luz Saúde, um dos principais grupos privados do País "melhor negócio do que a saúde só o das armas".

Mas a saúde não é e não pode ser um negócio. Só o Serviço Nacional de Saúde, com a sua dimensão universal e tendencialmente gratuita, é que pode garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde independentemente dos seus rendimentos ou património. Só com medidas urgentes com vista a garantir a atração e fixação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, investindo nas suas carreiras e remunerações e combatendo o assalto que os Hospitais e Clínicas privadas estão a fazer aos profissionais do SNS é que será possível salvar o SNS e o direito à saúde, na região e no País.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Faro, reunida no dia 17 de junho de 2022, delibera:

- Exigir junto do Governo a urgente contratação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde necessários para assegurar o funcionamento dos hospitais algarvios e das diferentes unidades de cuidados primários de saúde de modo a garantir mais consultas, exames, cirurgias, médico e enfermeiro de família para todos;
- Exigir junto do governo a criação das condições para atrair e fixar profissionais de saúde no SNS, designadamente com a valorização das carreiras e das profissões destes trabalhadores, incluindo com incentivos à fixação em zonas carenciadas e à exclusividade no SNS.
- Exigir a reabilitação das instalações dos centros e extensões de saúde da região e reabertura de todas as extensões de saúde encerradas bem como a célere construção do Hospital Central do Algarve;
- Dar conhecimento desta deliberação às Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Faro, às restantes Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, ao Governo, à Assembleia da República e à Comunicação Social.

Faro, 2022-06-17.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Faro.”

**O membro da AM, Carlos Alberto (PS)** - «Sobre a moção, de facto, é consensual, é aceite, não tenho grandes divergências.

Em relação a um ou dois pontos que estão aqui na parte final, eu apenas queria aqui lembrar o seguinte, porque a nossa memória às vezes é curta, eu tinha aqui alguns dados do CHUA e, para vosso conhecimento,



passo a citar: em 2021 foram feitas 312.000 consultas (mais 12% em relação a 2020); nas primeiras consultas à volta de 81.000 consultas (mais 18%); cirurgias, em 2021 foram feitas 15.782 cirurgias (mais 25% em relação a 2020).

A questão das urgências: em 2021, houve à volta de 44.772 consultas de urgência em pediatria, em 2021 ou 54.184 (mais 29% em relação a 2020).

Em relação à lista de espera, menos 28%, passou para 270 dias.

É claro que um doente quando entra no hospital e de facto a operação não tem sucesso, ou não foi atendido logo, urgentemente, é claro que é desagradável, mas quantos doentes entram no Hospital de Faro ou no Hospital de Portimão e saem com o grau satisfação elevadíssimo? Muitos, mas muitos. É claro que há sempre quem não esteja satisfeito, mas há muitos.

E volto aqui a referir: é necessário, é urgente, e o Governo tem já um programa, foi criado um plano de contingência com medidas a curto prazo, e tem um plano estrutural com medidas a longo prazo. O Governo está preocupado, o próprio primeiro-ministro já lhe disse, preocupado com o Serviço Nacional de Saúde.

Desde que foi criado o Serviço Nacional de Saúde até à presente data as cidades mudaram, as pessoas mudaram, a vida mudou, tudo mudou, e o Serviço Nacional de Saúde começou a ficar ultrapassado e precisa de ser todo repensado. As ARS's, as direções dos Hospitais, até na Ordem dos Médicos, a questão dos privados... tudo isto tem de ser repensado e é o momento ideal para ser repensado o futuro do Serviço Nacional de Saúde, que é muito importante para os portugueses.»

**O membro da AM Elza Cunha (PAN)** - «Muito obrigada, senhor presidente de exercício.

O PAN acompanha, na generalidade, as reflexões da CDU acerca do estado de degradação em que se encontra o SNS, assim como o diagnóstico colocado acerca das causas do mesmo, motivo pelo que votaremos favoravelmente.

Queremos, no entanto, acrescentar, no que diz respeito à questão da contratação dos chamados médicos tarefeiros, que são contratados e empresas privadas, que – isto são números reais – entre 2015 e 2021, a despesa com estes médicos no Serviço Nacional de Saúde aumentou 54%,



é um agravamento de 50 milhões de euros de despesa do Estado em seis anos.

Cerca de dois terços das horas pagas a estes médicos são para assegurar as escalas de urgência. Um médico contratado desta forma – e isto é do conhecimento, já tem vindo a ser noticiado, o próprio a secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos o referiu publicamente, que o médico contratado desta forma, num turno de fim de semana, auferir a mesma remuneração que um médico especialista do quadro no hospital auferir ao fim do mês de trabalho. Isto é fácil de nos interrogarmos e percebermos que alguma coisa está muito, muito, errada.

Em 2021 foram gastos 142 milhões de euros nos hospitais em prestações de serviços. Isto foi nos revelado pela administração central do sistema de saúde. O Algarve e o Alentejo são as regiões do país onde o peso no recurso a tafeiros é maior, respetivamente, no Algarve 9,5% e Alentejo 10,2% das despesas com pessoal.

Estas têm sido opções políticas responsáveis por pelo grande desvio de investimento em saúde do setor público para o setor privado com muito mais custos e muito menor qualidade da prestação dos cuidados e isto explica aquilo que todos falam e nós sabemos que há mais investimento há mais Dinheiro gasto mas não há mais qualidade Não há melhor respostas de saúde.

Sabemos muitas vezes que estes médicos, chamados tafeiros, são contratados, não são diferenciados, não têm especialidades e, muitas vezes, assumem estas escalas de urgência com falhas, com riscos para quem precisa dos serviços.

Terminar com estas contratações temporárias, que são arrastadas no tempo há mais de uma década, talvez quase década e meia, e que são ruinosas para o SNS; esse dinheiro faz falta para ser investido no alargamento de quadros, em tudo aquilo que já se tem falado, com remuneração, com fixação de profissionais. Estamos a falar de médicos nos hospitais para, sim, esses assegurarem os serviços de urgências como acontecia há vinte ou há trinta anos atrás, quando eu trabalhei no Hospital Distrital de Faro, que não era preciso contratações externas, eramos suficientes para assegurar e manter o acompanhamento dos doentes internados, vistos na urgência. E investindo em médicos realmente do quadro – porque já foi assim e pode vir a ser assim – com revisão salarial, obviamente justa e digna, assim como as carreiras



médicas. É esta, não nos parece que haja outra forma de inverter este caminho para o abismo em que o nosso Serviço Nacional de Saúde se encaminha. Tenho dito.»

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) - «O grupo parlamentar do PSD no fundo tem apenas uma questão: trata-se de uma frase no título com a qual nós não concordamos – “Reverter o assalto que os grupos privados de saúde estão a fazer ao serviço nacional de saúde” – porque efetivamente confunde um pouco as consequências com as causas. E, nesse sentido, desafiamos a CDU, se fosse possível fazer, retirar esta frase inicial, porque acho que introduz uma culpabilização nos grupos privados que não parece que seja efetivamente é essa a razão; é uma consequência quando as coisas começam a funcionar mal. Era isto que eu queria dizer, queria fazer esse desafio.»

**O membro da AM, Manuel Mestre (MPT)** - «Mais uma vez, boa noite a todos.

Acho que toda a gente concorda que o problema não é a qualidade do serviço. Acho que quando vamos ao serviço nacional de saúde, o atendimento é bom, tem todas as valências precisas, aliás quando há complicações no privado mandam para o público, portanto acho que a qualidade do serviço não está aqui em causa. Acho que o problema maior é o tempo que demoramos a ter acesso ao serviço de saúde, aos cuidados de saúde, e podemos começar por aí para tentar resolver e ser mais céleres no atendimento às pessoas, na generalidade,

Concordo com esta moção, no entanto vamo-nos abster porque a referência que é feita ao privado está de uma forma demasiada agressiva. O setor privado faz falta, ele faz aumentar a competitividade e o aumento a competitividade faz um aumento da qualidade do serviço que nos é fornecido.

Portanto, os médicos, como qualquer outra profissão, devem ter o direito de escolher se querem estar no público ou no privado, apesar de continuar a defender que deviam passar algum tempo no público e somente no público.

De qualquer maneira, na generalidade concordo com o que foi dito pela CDU.»

**O membro da AM, Beatriz Calafate (PS)** - «Muito boa noite.

Para o Partido Socialista, a saúde não é um negócio.



O Sistema Nacional de Saúde alicerça-se em valores e práticas de equidade, generosidade social e solidariedade. Por isso resistiu a tantas adversidades e vai resistir a esta também.

O Sistema Nacional de Saúde esbate desigualdades no exercício do direito à vida, à proteção na saúde e no acesso aos cuidados de saúde de qualidade, independentemente das condições sociais, económicas, étnicas e culturais de qualquer pessoa.

A quebra dos rendimentos das famílias e das pessoas, especialmente das mais vulneráveis; o desemprego; a acentuação das desigualdades; o agravamento da pobreza e das situações de saúde, aqui, o Sistema Nacional de Saúde tem atuado como fator de coesão social e de amortecimento das consequências das crises no âmbito da saúde, nomeadamente, tendo nós um exemplo muito recente, Covid-19.

Muito obrigada.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** - «Obrigado, senhor presidente

“Reverter o assalto que os grupos privados de saúde estão a fazer ao serviço nacional de saúde”... Daria jeito adoçar um bocadinho isto. Mas não dá mesmo jeito nenhum! Eu lembro-vos, quando nós falamos em setores altamente concorrenciais, com capitais privados nacionais e estrangeiros metidos no negócio – o nosso membro de Iniciativa Liberal seguramente vai acompanhar o que eu vou dizer – a concorrência é duríssima. Às vezes até é muito feia... Nós não compreendemos porque é que teríamos que adoçar uma coisa que, ao ser adoçada, era altamente desvirtuada.

Nós não estamos contra os investimentos privados no tratamento da doença, ou até na promoção da saúde. Esses investimentos são claramente um negócio e quem investe há de procurar, legitimamente, o retorno, lucro, do seu investimento Não é isso o nosso problema. O nosso problema é que o Estado, que responde perante todos nós, que é o principal responsável pelo Serviço Nacional de Saúde, não pode nem deve atirar a toalha ao chão, como tem feito década após década. O Estado que seja forte a concorrer, a defender a promoção da saúde e o tratamento da doença para todos! Particularmente para aqueles que têm menos recursos, menos rendimentos, que são as principais vítimas do que está a acontecer. Não são as únicas, mas seguramente que são as principais.



Portanto, o que nós dizemos aqui aos pregadores da concorrência duríssima – Caramba! Quando vocês estão no Estado mostrem que são capazes de defender os interesses do Estado! Mostrem que são capazes de defender os capitais que são públicos, são de todos nós.

Se são tão competentes a palrear e a executar a defesa dos interesses privados, quando têm a obrigação de defender os interesses públicos não são capazes de o fazer?... O que que vos inibe? A falta de competência ou outra coisa mais? É que isto da outra coisa mais, há décadas que está a fazer com que o Serviço Nacional de Saúde atire a toalha ao chão! Será que não temos consciência disso?! Será que não temos consciência que esse atirar a toalha ao chão tem sido um castigo terrível para as populações em geral, mas também tem sido um castigo terrível, difícil de suportar, para todos os profissionais do Serviço Nacional de Saúde que, com dedicação ao serviço e com dedicação aos portugueses lá têm trabalhado.

Sejamos justos, rigorosos e devidamente duros: reverter o assalto que os grupos privados de saúde estão a fazer ao Serviço Nacional de Saúde é uma obrigação de quem em nome do Estado e em nome dos portugueses tem de mexer nesta área.

Tenho dito.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** - «É evidente que, de uma forma muito geral, o Partido Socialista não discorda com o teor desta moção. Quanto mais dinheiro público, que é do povo, investirmos nos privados menos investimos no setor público. Portanto, é evidente que o caminho a seguir e a tomar tem que ser desta forma, o desinvestimento nos privados para um maior, ainda maior, investimento no público.

E dito isto, mais devo dizer que não acredito que esteja presente alguém nesta Assembleia Municipal – bom, talvez um! – que discorde com o Sistema Nacional de Saúde. Não acredito. Esta é uma preocupação que nós temos, porque todos nós temos histórias para contar do Serviço Nacional de Saúde, umas um bocadinho más, mas também temos muito boas, a elas devo a vida do meu padrasto e a vida da minha filha. Portanto temos também histórias muito boas para falar sobre o Serviço Nacional de Saúde.

De todo o modo, de tudo isto que eu vi, e sinto-me na necessidade de fazer esta observação, e reitero aliás aquilo que foi dito pela membro Teresa



Correia, que a falta de profissionais não é só no âmbito da saúde, a falta de profissionais é em todos os setores. Eu tive oportunidade de fazer campanha legislativa, percorrendo muitas entidades no Algarve, públicas e privadas, e uma das maiores queixas, transversal a todos os serviços, e a falha de empresas que nos foi feita foi essa: profissionais qualificados. Pelo que eu gostava de ouvir, porque eu não tenho a resposta, a um membro desta Assembleia Municipal, como é que nós fixamos profissionais. É porque é muito fácil estarmos aqui todos sentados a dizer o mesmo que dizemos, aliás às vezes em conversas de café, que é preciso atrair, fixar os médicos no Algarve. Mas nós temos habitação para dar a estas pessoas? Mas nós temos condições para dar a estas pessoas? Quanto é que temos de fazer e de ter para dizer que estas pessoas querem vir viver para o Algarve?

É que ainda há uma semana e meia atrás saiu uma reportagem, no diário de Notícias, exatamente sobre a questão que estamos a discutir: como é que fixamos médicos no Algarve? Eles não querem vir para cá, não são algarvios como nós. Portanto, eu digo: ainda bem que a nossa muito pouco democrática universidade de medicina existe, porque graças a ela temos médicos a estudar no Algarve! Se alguém aqui tiver uma medida, sacar da sua cartola, qual mágico, uma medida para fixar médicos, então que diga já! Porque andarmos todos a discutir a mesma coisa, se calhar é só inócuo. Porque em vez de trazemos moções a defender o serviço nacional de saúde devíamos era trazer aqui respostas para que as possamos passar a quem manda, e não exigências sem respostas.

E dito isto, mais devo dizer que a bancada do Partido Socialista, porque concorda em geral mas há de facto aqui expressões com as quais não nos poderemos associar, a bancada do Partido Socialista votará em abstenção esta moção.»

**O membro da AM, Daniel Viegas (IL)** - «Não querer reformar e não querer repensá-lo, é querer acabar com o SNS. Se não fizermos nada, se não repensarmos toda a forma como ele é feito, como ele é estruturado, como ele organizado, vamos acabar com ele. Isso é certo. Não basta continuar a jogar mais recursos para um problema e esperar que se resolva. Isto foi literalmente a receita dos últimos trinta anos em Portugal, nos vários setores, e principalmente na saúde, e não funcionou. Está à vista, vocês literalmente disseram que duplicamos o investimento de saúde, mesmo assim o problema não está resolvido.



No setor da saúde não existe organização eficiente neste momento; não existe autonomia institucional, por exemplo; não existe meritocracia, nem existe valorização pessoal, existem faltas de profissionais, mas as receitas do governo do PS, apoiados pela esquerda, foi a limitação das horas extraordinárias, foi a redução da carga semanal para as 35 horas. E agora admiram-se que fazem falta os tarefeiros? Fazem falta as empresas privadas para colmatar as falhas. Os utentes, agora preferem recorrer aos privados. Nada é por acaso.»

**O membro da AM, António Figueiredo (Chega)** - «Em relação a uma indireta do Partido Socialista, sobre uma pessoa na sala que poderia não apoiar o Serviço Nacional de Saúde, senti-me atingido e devo dizer que... - não era eu?! então peço desculpa, é que eu senti-me atingido. Mas eu queria então avisar que o Chega apoia o Serviço Nacional de Saúde, consideramos inclusivamente que o coveiro do Serviço Nacional de Saúde é Partido Socialista. Eu próprio trabalhei trinta e cinco anos no serviço público. Por exemplo, outras atividades profissionais não sei quantos anos trabalham no serviço público, refiro-me por exemplo aos advogados, não sei quanto tempo trabalham no serviço público, eu trabalhei 35 anos.

Passando isto, passo a falar sobre a moção da CDU “Reverter o assalto que os grupos privados de saúde estão a fazer ao serviço nacional de saúde”. O Partido Chega acha estranho o facto de o Partido Comunista, na última Assembleia Municipal, ter votado contra uma ação de protesto que visava pressionar o poder central para a urgente necessidade de construção do hospital central do Algarve, promovida pelo Partido Chega, e aliás aprovada por maioria nesta assembleia, e que venha agora defender, passo a citar, “a célere construção do hospital central do Algarve”. Trata-se, do nosso ponto de vista, do Partido Comunista ao seu melhor nível.

Também no início desta moção se fala contra a submissão ao déficit das contas públicas. Pensamos que é incrível. Poderia ser de outra forma? Naturalmente, não podemos aumentar mais o nosso já colossal endividamento, porque se assim acontecer a quarta banca a rota socialista fica mais perto e teremos de chamar novamente o doutor Passos Coelho.

O que podemos fazer é transferir verbas, algumas rubricas do orçamento geral do estado para a saúde e, principalmente, acabar com o desperdício e a corrupção que, na vigência dos seis últimos orçamentos aprovados,



também pelo Partido Comunista, bem como toda a extrema esquerda, roçam os 1000 milhões de euros anuais.

A esquerda e a extrema esquerda têm vindo a criar um Serviço Nacional de Saúde pobre e para pobres, fazendo a convergência do serviço nacional de saúde não para perto do que se passa no Reino Unido e na Alemanha mas para muito perto do que se passa na Venezuela ou na Bolívia.

O Partido Chega tem vergonha do serviço nacional de saúde que temos e que possui o ADN da *geringonça*.

A principal causa de falta de médicos no serviço nacional de saúde não se prende com nenhum assalto por parte dos hospitais privados, mas antes com uma lição dada por estes, onde demonstram à sociedade a diferença abismal entre o que é uma gestão privada e uma gestão pública, que é o mesmo que dizer entre uma gestão com regras atentas às leis do mercado e o capitalismo selvagem de estado, que suga os recursos dos contribuintes para engordar e comprar os seus bens, num emaranhado de desperdício, corrupção e fraude que nos levaram até ao que hoje temos: um serviço nacional de saúde à beira da implosão.

O que esta moção diaboliza os privados e os hospitais privados, devia antes fazer o contrário, agradecer a estas unidades o que têm feito pela saúde dos portugueses.

Esta moção deveria, do nosso ponto de vista, abrir as portas à sã convivência entre os setores público e privado, facilitando o atendimento dos portugueses nas unidades privadas, a expensas do SNS, sempre que este último não conseguisse dar resposta adequada e atempada em virtude da situação de pré-caos a que nos conduziram as políticas socialistas, com a bênção da *geringonça*.

Esta moção foi extraída da cassete do partido comunista e é velha de cinquenta anos. É pura ideologia e esquece o principal, que deveria ser a saúde dos portugueses.

Assim, senhor Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Deputados Municipais, termino dizendo o óbvio – o óbvio, porque foi por isso que fomos eleitos pelos portugueses que entenderam por bem dar-nos a sua confiança – votaremos contra mais este exercício de hipocrisia e demagogia ideológica. Tenho dito.»

**O membro da AM, Elza Cunha (PAN)** – «Queria só contribuir um bocadinho neste debate, com o repto aqui lançado pela senhora Deputada



Tatiana quando nos desafia a responder como fixar médicos na nossa região sem tirar coelhos da cartola. Nós somos uma região que temos características próprias, que também podemos ter as nossas capacidades de priorizar o que é que para nós é mais importante ou verdadeiramente importante para fixar médicos, pessoal de saúde, já sem falar em questões que dependem do poder central, como aquilo que se pretende fazer uma revisão das carreiras, uma remuneração justa, por aí fora, que isso é fundamental. Mas a nível local, não tirando coelhos da cartola, se nós incentivarmos com programas de apoio verdadeiro a habitação para os profissionais que se queiram deslocar para a nossa região, também com criação de garantias de creches para os seus filhos, com maiores compensações pela saída dos centros maiores urbanos e com a construção do tão necessário hospital central do Algarve, porque aí sim vamos ter mais valências, mais especialidades, vai ser mais atrativo sob o ponto de vista de carreira, de evolução, de poder receber mais internos e aí as especialidades poderem ter idoneidade o que muitas vezes estão a perdê-las, como ortopedia, como a cirurgia, porque não têm médicos suficientes para formar com casuística de trabalho clínico desenvolvido, eu penso que poderíamos sim tornar mais atrativo.

E só para terminar, frisar que eu, como com médica de família que sou, formo colegas internos da especialidade e as pessoas não imaginam os imensos médicos que vêm para aqui fazer as suas especialidade e depois já não querem sair daqui, porque nós temos qualidade de vida. Claro que depois se põem as questões da habitação, mas se houver grandes incentivos para a habitação e para melhoria da capacidade de resposta das famílias que vêm para cá se fixarem, eu acho que vai ser possível, mas temos que apostar muito muito nisso.

Só para terminar, queria dar aqui o meu parecer, que também é o parecer do partido que represento, o PAN, em relação aos serviços privados na saúde. Não diabolizamos, não somos contra os serviços privados de saúde, eles existem, têm o direito a existir, agora achamos verdadeiramente que eles devem existir e crescer por conta dos seus próprios dinheiros, do seu próprio financiamento e não através do financiamento do serviço público, isto é, dos nossos contribuintes. Portanto, eles devem existir, quem tem dinheiro vai, quem pode pagar vai, mas não vamos é retirar do serviço nacional de saúde dinheiro que faz falta para o melhorar. E os privados, sim, mas com o seu próprio capital.

Era tudo, muito obrigada.»



**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** - «Três ou quatro notas finais.

Nós estamos perante uma situação em que claramente a realidade percecionada pela maior parte das pessoas não bate com a ilustração estatística dessa realidade. Bem podemos nós carregar informação estatística para cima do problema, que não conseguimos que aquilo que as pessoas sentem no seu dia a dia, relativamente às questões de saúde e de doença, batam com toda essa estatística.

Por outro lado, julgo que todos temos consciência, e já noutras sessões a questão foi abordada, a situação internacional existente e o tipo de enquadramento que nós temos nessa situação internacional, fazem com que a nossa dependência da dívida pública e da dívida privada seja claramente assustadora. E devo dizer-vos – julgo que isto será porventura pacífico – que a grande responsabilidade dessa dívida pública e dessa dívida privada não está, nem de perto nem de longe, daquilo que o Estado tem gasto ou que os privados têm gasto, com a questão do tratamento da doença ou da promoção da saúde. Nem lá para o pé! De modo que quando nós notamos que a Lei de Bases da Saúde foi revista em 2019; que a covid-19 em março de 2020 nos apoquentou fortemente (ainda não estaremos eventualmente completamente livres dela); ouvimos o Ministro das Finanças de um governo que dispõe de maioria absoluta na Assembleia da República dizer que o problema não é de finanças; bom, a conclusão será simples: quem governa faça depressa o que tem que fazer! A legislação está criada e é recente – 2019.

O grande obstáculo ou o grande teste que foi termos de fazer frente à covid-19 – por um lado podemos considerar um obstáculo, por outro lado poderemos considerar um teste –o que nos valeu perante a covid-19 – todos se ajoelharam a dizê-lo – foi o serviço nacional de saúde, foram os profissionais do serviço nacional de saúde, sejamos consequentes e coerentes: apostemos forte no serviço nacional de saúde! Essa é a nossa obrigação.

Há pouco, nós concordámos que seria importante que os membros desta Assembleia fossem ouvir quem nos pode ajudar a perceber o que é que se está a passar, porque estão com as mãos na massa, e nos permitem que nós os pressionássemos para a construção das soluções urgentes e necessárias. Não estamos aqui para mandar palpites e construir soluções individuais. O que é isso? Nós temos de ir junto de quem sabe,



esclarecermo-nos e informarmo-nos junto quem sabe porque está com as mãos na massa, e fazermos pressão para que as decisões políticas sejam aquelas que o povo português precisa.»

**O membro da AM, Rui Gago (PSD)** - «Quería responder aqui ao repto que nos foi colocado pela colega Tatiana, do PS, e que realmente se as ideias que aqui discutimos e podemos discutir puderem, através da vossa ajuda, chegar a quem de direito em Lisboa, acho que ficamos todos muito agradecidos.

Por isso, deixo aqui algumas questões. Primeiro, uma pergunta, que é: será que nós concordamos que o SNS está numa situação de emergência ou não. E se concordamos que está numa situação de emergência, então temos que estar predispostos a tomar medidas de emergência.

Como é que se trazem médicos para o Algarve ou para o serviço público em geral? Não sei a resposta exata, mas tenho ideias. Primeiro, eu acredito que toda a gente gosta de ter melhores salários, de receber mais, e receber mais em termos líquidos não em termos brutos, por isso porque não isenções parciais ou totais nos rendimentos de trabalho dependentes do pessoal do pessoal do serviço médico (médicos, enfermeiros e assistentes) durante um período de emergência? Não é nada que o Partido Socialista nunca tenha feito. Relembro, por exemplo, o benefício em sede de IRS de 50% aos emigrantes que retornaram a Portugal.

Toda a gente gosta de melhores condições de trabalho. Então, está na altura de procurarmos ver de que forma é que podemos melhorar as condições no terreno para os médicos do nosso serviço nacional de saúde. E porque não também trocar boa parte desta despesa que cresceu 52% desde 2015 com tarefeiros, por horas extras a pessoal médico que já trabalha no serviço nacional de saúde.

Progressão de carreira: aí, há que rever com a ordem dos médicos e com quem mais de direito (não sou especialista na matéria) o que é que poderia ser feito para voltar a dar algum ânimo e algum incentivo ao pessoal médica e de enfermagem para fazer uma carreira integral no serviço público, mas também imagino que isto trouxesse benefícios mais a médio prazo do propriamente no imediato urgente.

Descentralização da gestão dos hospitais e dos centros de saúde: já é feita alguma coisa, temos o CHUA, sim senhor, mas muitas das decisões estruturais ainda vêm de Lisboa, ainda são tomadas pelos ministérios e



pelas há ARS, muitas vezes, e a sensação que me é passada por quem trabalha diretamente nestes centros hospitalares como quadros médicos ou quatro superiores – e isso também é visível depois de demissões que tivemos em diretores clínicos por vários hospitais, recentemente – é de que a opinião de quem está no terreno ainda não é valorizada o suficiente e de que ainda há uma grande centralização da gestão.

Programas de apoio à realocização – outra coisa que pode ser feita. Já foi anunciado pela nossa colega deputada do PAN, gerar incentivos em termos de habitação, de apoio pós-natal, infantários etc. a médicos e enfermeiros que se queiram realocar para o Algarve, não seria algo seguramente muito complexo de ser feito e teria resultados a curto prazo.

Aumentar o número de vagas para os cursos de medicina e enfermagem; precisar de 19 valores ou mais para entrar em medicina parece-me – desculpem a expressão, absurdo – precisamos de formar mais médicos. Como é que isso faz? Terá que ser resolvido com as ordens profissionais. Quem é que vai resolver? Provavelmente quem está no Governo há 6 anos, não eu.

E por fim, um novo hospital do Algarve. Relembro que era considerado por quem é especialista na matéria em muito maior escala do que eu, o segundo hospital mais urgente do país e a construção não está prevista para o futuro próximo.

E pronto, deixo aqui sete ideias. Se as poderem fazer chegar a Lisboa, ao Ministério da Saúde, agradeço. Obrigado»

*Não havendo mais intervenções, passou-se à votação da Moção da CDU:*

Votos a favor – 05 (03CDU, 01BE, 01PAN)

Votos contra – 02 (01IL, 01CH)

Abstenções – 23 (10PSD, 10PS, 02CDS, 01MPT)

*A Moção Reverter o assalto que os grupos privados de saúde estão a fazer ao SNS - Investir no SNS – Garantir o direito à saúde no Algarve foi aprovada por maioria.*

Pelo partido Chega foi entregue uma **declaração de voto escrita**, com o seguinte teor:

"MOÇÃO - REVERTER O ASSALTO QUE OS GRUPOS PRIVADOS DE SAÚDE ESTÃO A FAZER AO SNS"

O Partido Chega acha estranho o facto de o Partido Comunista, na última Assembleia Municipal, ter votado contra uma ação de protesto que visava pressionar o poder central para



a urgente necessidade de construção do Hospital Central do Algarve, promovida pelo Partido Chega e, aliás, aprovada por maioria nesta Assembleia e que venha agora defender — passo a citar - "A célere construção do Hospital Central do Algarve".

Trata-se do Partido Comunista ao seu melhor nível.

Também no início desta Moção se fala contra a "submissão ao déficite das contas públicas". Incrível! Poderia ser de outra forma?

Naturalmente não podemos aumentar mais o nosso já colossal endividamento, porque se assim acontecer a 4ª bancarrota socialista fica mais perto e teremos de chamar novamente o Dr Passos Coelho.

O que poderemos fazer é transferir verbas de algumas rúbricas do OGE para a saúde e principalmente acabar com o desperdício e a corrupção que na vigência dos 6 últimos Orçamentos, também aprovados pelo Partido Comunista, bem como por toda a extrema esquerda, roçam os mil milhões de Euros anuais.

A esquerda e a extrema esquerda tem vindo a criar um SNS pobre e para pobres, fazendo a convergência do SNS não para junto do Reino Unido e da Alemanha, mas para muito perto do que se passa na Venezuela e na Bolívia.

O Partido Chega tem vergonha do SNS que temos e que possui todo o ADN da geringonça.

A principal causa da falta de médicos no SNS, não se prende com nenhum assalto por parte dos Hospitais Privados, mas antes com uma lição dada por estes, onde demonstram à saciedade a diferença abismal entre o que é uma gestão privada e uma gestão pública, que é o mesmo que dizer entre uma gestão com regras e atenta às leis do mercado e o capitalismo selvagem de estado que suga os recursos dos contribuintes para engordar e comprar os seus "boys", num emaranhado de desperdício, corrupção e fraude que nos levaram até ao que hoje temos, um SNS á beira da implosão.

O que esta moção diaboliza, os privados e os Hospitais privados, deveria antes fazer exatamente o contrário. Agradecer a estas unidades o que têm feito pela saúde dos Portugueses.

Esta Moção deveria, do nosso ponto de vista, abrir as portas à sã convivência entre os setores público e privado facilitando o atendimento dos Portugueses nas unidades privadas a expensas do SNS, sempre que este último não conseguisse dar resposta adequada e atempada, em virtude da situação de pré caos a que nos conduziram as políticas socialistas com a benção da geringonça.

Esta Moção foi extraída da cassete para a saúde do Partido Comunista e é velha de 50 anos. É pura ideologia e esquece o principal que deveria ser a saúde dos Portugueses.

Assim, Sr Presidente da Assembleia Municipal e Srs Deputados Municipais termino dizendo o óbvio já que foi para isso que fomos eleitos pelos Portugueses que entenderam por bem nos dar a sua confiança.

Votaremos contra mais este exercício de hipocrisia e demagogia ideológica."

**O membro da AM, Ana Passos (PS) – Pedido de esclarecimento** - «Sr. Presidente, o Partido Socialista gostaria de perguntar à Mesa se recebeu alguma informação da presença de algum órgão da comunicação social?»



**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «Eu não tenho informação nenhuma a esse respeito e os membros da Mesa não dispõem de nenhuma informação a esse respeito.»

**O membro da AM, Ana Passos (PS)** - «Não recebeu então nenhuma informação de órgãos de comunicação social. Gostaríamos que ficasse lavrado em ata, se faz favor, que a Mesa confirma que não recebeu nenhuma informação por parte de qualquer órgão da comunicação social.»

**O membro da AM Filipe Parra (CDU)** - «A CDU apresenta hoje a **Recomendação: Urgência no apoio ao Associativismo no concelho de Faro.**

Recomendação

Urgência no apoio ao associativismo do concelho de Faro

- O Regulamento de Apoio ao Associativismo do Concelho de Faro diz e bem, no seu Preâmbulo, o seguinte: "O Associativismo, nas suas múltiplas vertentes, constitui, indubitavelmente, um dos pilares estruturantes das Sociedades atuais, não apenas pela preponderância e relevância evidenciadas ao nível do fomento e expressão das dinâmicas sociais, como ainda pelo papel determinante que desempenha em todo o processo de desenvolvimento das comunidades a nível Local, Regional e Nacional.

O reconhecimento da relevância da ação do Associativismo encontra-se, aliás, plasmado nos ordenamentos jurídicos internacional e nacional, concretamente na Constituição da República Portuguesa e na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na redação conferida pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho), que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e define as competências da Administração Local ao nível do apoio a atividades ou eventos de interesse para os municípios.

O Município de Faro tem, por isso, procurado honrar, ao longo dos anos, o seu compromisso de apoio e promoção das atividades desenvolvidas pelas entidades (Associações e Clubes) sedeadas neste concelho, no estrito cumprimento do enquadramento legal supra e no pleno reconhecimento do assinalável esforço, dedicação, empenho e abnegação que caracterizam a atuação dos Órgãos Sociais das referidas entidades, os quais, através das suas ações, continuam e continuarão, diariamente, a contribuir de forma decisiva, insubstituível e inestimável para o desenvolvimento social, cultural e desportivo das gerações farenses."

- Foi assim que, no ano de 2021, na reunião ordinária da Câmara Municipal de Faro do dia 05 de abril, foi deliberada a seguinte atribuição de apoio financeiro, despesa corrente e de capital, ao associativismo no concelho de Faro:

Desportivo-439.003,25 €.

Juvenil - 35.460,00 €.

Social-215.777,93 €.

Cultural e recreativo - 259.236,02 €.

Causa animal - 14.068,64 €.



TOTAL-963.545,84 €.

- Em 2022, com o mês de junho a caminho do fim, o associativismo no concelho de Faro está ser bastante penalizado pelo facto da Câmara Municipal de Faro ainda não ter deliberado a atribuição do apoio financeiro anual, quando já são decorridos mais de três meses sobre a entrega das respetivas candidaturas.
- Pelo exposto, e considerando que o Orçamento do Município de Faro para 2022 pode assegurar as condições necessárias para ser concedido um apoio financeiro ao Associativismo não inferior ao de 2021, a Assembleia Municipal de Faro, reunida no dia 17 de junho de 2022, delibera:

**1. Recomendar à Câmara Municipal de Faro que concretize, até ao final do próximo mês de julho, a atribuição do apoio financeiro a conceder no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo do Concelho de Faro e que esse apoio não seja inferior ao concedido em 2021.**

**2. Dar conhecimento desta recomendação às Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Faro, às restantes Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve e à Comunicação Social.**

Faro, 2022-06-17.

**Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Faro.”**

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD)** - Cumprimentos todos os presentes.

Nós vamos acompanhar esta moção da CDU, por duas razões fundamentais: primeiro, foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, na última reunião de líderes em que eu estive presente, que os apoios ao associativismo serão consedidos exatamente em julho de 2022. Portanto, aquilo que a CDU vem propor, o Sr. Deputado António Mendonça ouviu como eu na reunião de líderes, que em julho iam ser atribuídos os subsídios. Se me disser, como membro associativo também, que estão atrasados, concordo efetivamente com proposta da CDU, na medida em que os subsídios são atribuídos, anualmente, em abril do ano a que dizem respeito.

A verdade é que a Câmara Municipal vem alegando questões orçamentais, nomeadamente na sequência dos aumentos previsíveis da luz elétrica, em termos de vários equipamentos do Concelho. Eu julgo que palavra dada é a palavra honrada e, portanto, a serem atribuídos os subsídios em julho de 2022, ainda que com algum atraso, espero que efetivamente os valores não sejam abaixo dos que foram referidos por V. Ex<sup>as</sup>. Vamos votar favoravelmente.»



**O membro da AM, António Miranda (PS)** - «É importante, sem dúvida, o apoio financeiro às associações, e elas carecem desse apoio que não pode ser deixado de dar e deve ser dado a tempo e horas, provavelmente até mais fracionado, porque as associações vão precisando do dinheiro. Infelizmente, muitas delas vivem *no arame*, como se costuma dizer, e provavelmente o fracionamento desses valores, nalguns casos, nalgumas associações, daria muito jeito.

Mas se o apoio financeiro é importante, tão importante é o apoio que o Executivo pode dar no sentido de ouvir os problemas destas associações, muitas vezes, e motivar os órgãos sociais, que cada vez sentimos mais que há uma crise no associativismo, porque as pessoas dificilmente dão o seu tempo de forma voluntária e, na maior parte das vezes, de forma gratuita ao bem comum, que é o que a maior parte das associações fazem. E eu estou a chamar isto aqui – infelizmente, não está cá o nosso Presidente, mas certamente a Presidente de Junta de Montenegro tomará boa nota destas palavras que eu estou a dizer – porque realmente uma associação que eu conheço bem, porque já fiz parte dos órgãos sociais, tem uma crise, que já solicitou por várias vezes uma reunião com o Executivo (não formalmente, se calhar esse foi o erro) mas muito provavelmente o Executivo também não deve aguardar que as associações estejam em situações deficitárias, quando elas apelam deve ouvi-las e deve apoiá-las, não só financeiramente. É muito importante motivar também as pessoas que estão nos órgãos sociais das diferentes associações, e esse apoio, nem que seja moral, tem faltado em resposta a pedidos de reuniões como esta associação já fez e infelizmente está há seis meses a aguardar que alguém do executivo os possa ouvir.

O apoio financeiro é importante, mas tão importante é ouvir e perceber os problemas que as diferentes associações do Concelho enfrentam.»

**O membro da AM, Manuel Mestre (MPT)** - «Em Faro temos oitenta associações desportivas e tem mais cinquenta associações culturais e recreativas. Representa um tecido associativo muito grande que, durante o ano, movimentam mais pessoas seguramente do que os dois maiores eventos feitos em Faro, ou seja a Concentração Internacional de Faro, grande evento promovido pelos farenses, e o Festival F.

No final do ano, se formos fazer as contas, as pessoas que são movimentadas, entre famílias, jovens de todos os escalões etários, representa uma grande massa associativa. E não só de farenses, também



de pessoas que nos visitam, nos diferentes torneios, nas diferentes convenções, nos diferentes eventos que são realizadas pelas associações, muitas delas com grandes dificuldades.

Antes das eleições, o MPT promoveu um encontro de associações desportivas, que teve lugar no IPDJ, onde se conseguiu ouvir alguns problemas que existiam no associativismo, neste caso Fareense.

E curiosamente ninguém referiu a falta de verbas, porque ao longo dos anos as associações, aquelas associações que eram subsídio-dependentes, infelizmente algumas fecharam as portas, algumas associações muito tradicionais da cidade de Faro, que não se conseguiram modernizar nem fazer a gestão da sua associação ou do seu clube para que não dependessem 100% dos subsídios. No entanto, os subsídios são muito relevantes e muito importantes para as associações, porque são feitos investimentos pensados a longo prazo que estão a contar com o dinheiro, o apoio ao associativismo concesso pelo Município.

Este ano há realmente um atraso, foi-nos prometido que não havia corte nos subsídios, espero que a palavra seja cumprida, como já foi aqui dito, e o associativismo está a ser olhado, mais uma vez, como um movimento importante na nossa cidade e que deve ser e vai continuar a ser apoiado.

De qualquer forma, o MPT, não poderia ser de outra forma, vai votar favoravelmente esta emoção por defender o associativismo e o desporto na cidade de Faro. Obrigado.»

**O membro da AM, Ana Passos (PS)** - «Só para complementar aquilo que o meu camarada António Miranda já referiu. O Partido Socialista saúda a CDU pela oportunidade e pela pertinência na apresentação desta moção. Efetivamente, a rede social, as nossas associações substituem, em muito, o papel do município e mantém aqui o bem-estar coletivo e a coesão social.

Um atraso de quatro meses que já levam estes pagamentos, não é admissível e consideramos até que deveria ser imediato o pagamento destes apoios para as associações poderem funcionar e desempenhar o seu papel. Muito obrigada.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** – Obrigado, Sr. Presidente.

Para confirmar que, de facto, na reunião que houve, de líderes, o Sr. Presidente da Câmara Municipal nos informou queria ir diligenciar no



sentido de que a atribuição destes apoios ocorresse no próximo mês de julho.

Nós fizemos questão de trazer aqui esta recomendação, por um lado para que isso não ficasse esquecido, por outro lado para chamar a atenção que existem condições no orçamento municipal para que o apoio ao associativismo em 2022 não seja inferior ao de 2021.

E nós achamos que não deverá ser, porquê? Como há pouco referi, desde o início de 2020 até agora, a doença covid-19 perturbou bastante a maior parte da vida das associações – de todo o tipo de associações – com uma incidência muito forte na nossa juventude, mas não só na nossa juventude, nos trabalhadores ainda jovens e também nas pessoas de mais idade. Estamos com uma necessidade social tremenda de dar força à recuperação, e não se vai conseguir dar força à recuperação se não houver um sinal forte positivo junto do associativismo, de que o município de Faro, a Câmara Municipal de Faro está com o seu associativismo, de todo o tipo.

Nós sabemos que relação entre o associativismo e a Câmara Municipal não se esgota, não se pode nem se deve esgotar, apenas no apoio financeiro, terá de ir muito para lá disso, mas tenhamos consciência que, na generalidade do nosso se associativismo, aquilo que é essencial que são as práticas continuadas longo do ano, necessitam muito deste apoio municipal. Sem pôr em causa a importância que os eventos de todo o tipo também têm, mas até para a existência dos eventos de todo o tipo é importantíssimo que a nossa sociedade contenha uma carga forte de práticas continuadas em todas as áreas do associativismo.»

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação da Recomendação da CDU - Urgência no apoio ao associativismo do concelho de Faro – obtendo-se o seguinte resultado:

Votos a favor – 29 (10PSD, 02CDS, 01MPT, 01PPM, 10PS, 03CDU, 01BE, 01PAN)

Votos contra – 00

Abstenções – 01 (IL)

*A Recomendação foi aprovada por maioria.*

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – Leitura do Voto de Louvor à Judoca Joana Santos**

Voto de louvor à judoca Joana Santos



Naquela que foi a sua quarta participação em Jogos Surdolímpicos, no passado mês de maio de 2022 em Caxias do Sul, no Brasil, a judoca farenses Joana Santos sagrou-se campeã surdolímpica de judo pela segunda vez no seu percurso, tendo a primeira vez sido nos Jogos Surdotímpicos de Taipé em 2009, quando tinha apenas 18 anos. Este resultado é mais um título para o seu palmarés, a que se junta o de campeã do mundo em título, depois da judoca ter vencido também esta competição em outubro de 2021, em Versalhes.

Estes são alguns dos exemplos das muitas medalhas que a Joana Santos, judoca do Judo Clube do Algarve, tem trazido para Faro e para Portugal, mostrando que nada a impede de trabalhar para conseguir alcançar objetivos cada vez mais exigentes.

Os seus mais recentes resultados, são o culminar de muito suor e sacrifício da própria, mas também da família, dos amigos e dos seus colegas de Judo. Importa deixar uma justa referência ao Mestre Júlio Marcelino, treinador do Judo Clube do Algarve e da Joana Santos desde sempre, por todo o seu apoio e empenho ao desenvolvimento pessoal, humano e desportivo da Joana, assim como o tem feito por muitas mais centenas de jovens judocas em Faro.

Face ao exposto, vem a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Faro propor a atribuição de um voto de louvor à farenses e judoca Joana Santos, algo que acreditamos reunir o consenso de todos os partidos representados neste órgão.

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Faro.»

*Não tendo havido inscrições para uso da palavra, foi o Voto de Louvor posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.*

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «Temos agora um “Voto de Protesto – pela aprovação da Resolução que altera a denominação do Aeroporto Internacional de Faro para Aeroporto Gago Coutinho”.

Relativamente a isto, só queria dizer que estando eu impedido, naturalmente, de participar da discussão, fiz questão de passar às várias bancadas o meu pensamento sobre esta matéria, que aliás já o tinha explanado oralmente noutras sessões e, apenas para que conste, quis passar essa informação e cumprirei as minhas obrigações apenas a dirigir esta sessão, mas penso que poderia esse meu contributo ser útil na discussão que vamos ter hoje aqui.»

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD)** – «Sr. Presidente, vamos discutir o último ponto desta agenda da Assembleia Municipal, quando deveria, no meu entendimento, ter sido o primeiro. Mas eu explico já porquê. Por outro lado, também é habitual, como já sabem os Srs. Deputados municipais, eu não utilizo o método de ler a moção, na medida em que



toda a gente recebeu esta moção e portanto estar a ouvir-me a mim próprio não faz sentido rigorosamente nenhum. Como, de resto, se o Presidente da Câmara, cada vez que o Presidente da Assembleia Municipal lhe passa a palavra para as questões da Câmara, se ele fosse ler aquilo tudo nós demorávamos anos a fazer estas reuniões.

Portanto, abstenho-me de ler porque os senhores têm na vossa posse esta moção, que no meu entendimento é a mais importante desta Assembleia Municipal, como vos disse, e passo a referir. Faro tem estado, de uns anos a esta parte, a perder a sua capitalidade. Ela foi brilhantemente nos concedida por D. João III, e infelizmente não soubemos agarrar com unhas e dentes esta situação. Estamos a perder essa capitalidade de há uns anos a esta parte, como eu disse. Primeiro, Faro desaparece de muitas associações destas que, por exemplo, o Manuel Mestre falou e em vez de Faro tem a palavra Algarve. Há um conjunto de serviços, a nível mais administrativo, que vê concelhos vizinhos, por razões que eu ainda não percebi bem porquê, disputarem a transferência para esses locais desses mesmos serviços. E portanto, eu julgo que Faro está realmente a perder essa capitalidade. Mas não corremos nunca o risco, que nenhum partido venha pensar nisso, de usar Faro para um dia mudar a capital para outra cidade qualquer ou para outro concelho qualquer. Chegou quando foi em Silves, quando foi em Lagos, quando foi em Tavira, e quando D. João III entendeu que devia tirá-la para Faro, e aqui ficou definitivamente.

A Assembleia Intermunicipal do Algarve veio fazer uma proposta, em Assembleia, e foi apresentada pela bancada do PS, no sentido de ser retirada a palavra Faro do aeroporto de Faro, com uma moção que dizia Aeroporto Internacional do Algarve Almirante Gago Coutinho. Por sugestão do PSD, essa proposta foi retirada, no sentido de serem ouvidos os órgãos próprios do município de Faro e nomeadamente esta Assembleia Municipal. Isso veio efetivamente a acontecer, pela mão do Partido Socialista, que eu aqui saúdo, na medida em que nós até nos disponibilizamos para subscrever essa moção e subscrevemos todos os partidos da coligação, que aqui foi entregue pelo vosso líder da bancada, Luís Coelho. Nós, na boa fé, e estou convencido que vocês também, na boa fé, o fizeram naquela altura, farão hoje o que farão amanhã. Nós também. E portanto nós aqui aprovámos por uma larga maioria que o aeroporto de Faro tivesse o nome de Aeroporto de Faro Gago Coutinho, como acontece com Lisboa, por decisão do Governo – já deste Governo António Costa –



que aprovou Aeroporto Internacional de Lisboa Humberto Delgado. Portanto não faz sentido nenhum que, depois da nossa decisão aqui, e o Governo não a desconhece, que o Governo no dia 15 deste mês, à tarde, nos tivesse surpreendido com uma decisão que ofende e desagrada, com certeza, todos os membros desta Assembleia Municipal. Porque em vez de aprovar o que nós lhe propusemos, aprovou “Aeroporto Gago Coutinho”. Transformou o aeroporto de Faro em Aeroporto Gago Coutinho. E isto está para publicação. Portanto, há que arranjar aqui nesta Assembleia Municipal, em todas as bancadas, se for esse o vosso sentido, um pacto, que eu estou disponível e a nossa bancada também, para que no futuro estes ataques à capitalidade não passem e que não percamos mais um milímetro de terreno do Município de Faro. Este é um desafio que eu lanço a todas as bancadas, e estamos disponíveis para vos acompanhar quando vocês entenderem que alguma coisa destas está em causa, e passarmos todos à defesa do município de Faro e do seu território.

Posto isto, porque o assunto é bastante grave, retirar ao Aeroporto de Faro o nome de Faro, é uma coisa que não passa pela cabeça de ninguém! Nem dos senhores, do PS, que aqui apresentaram uma proposta que eu acabei de referir, que nós concordámos e que assinaríamos hoje com vocês! Não tenho dúvidas nenhuma.

Portanto, a moção que aqui trazemos é no sentido de, se a bancada do PS tiver condições como teve – que eu não acredito que os vossos deputados não tivessem tido alguma iniciativa – quando se falou na transferência dos doentes de câncer para Sevilha, vocês imediatamente promoveram iniciativas e eu estou convencido que o Governo o fez também, junto da Administração do CHUA, para que se anulasse essa situação e ela foi, e muito bem, anulada, e eu quero felicitar-vos por isso. Como hoje vos quero pedir que os meus amigos se pusessem na posição eventualmente dos vossos deputados, ou não sei quem foi, e que fizessem relativamente ao aeroporto de Faro o mesmo que fizeram relativamente à transferência de doentes de câncer para Sevilha. Que se pare imediatamente este processo. Porque se o Governo não reverter esta situação, vai-nos obrigar, a um conjunto de pessoas no concelho de Faro e no município de Faro, a sair à rua. Mesmo que possamos ser acusados de revolucionários mas vamos ter que o fazer, vamos ter que parar isto. Vamos ter que parar isto! Não é uma ameaça, isto é um pedido à vossa Bancada para que travem uma coisa com a qual vocês não estão de acordo. E não estando vocês de acordo, e não estando aqui ninguém – tenho a certeza absoluta – é a



altura de reverter esta situação. E só a podemos reverter no momento em que nem sequer está publicada.

Portanto, eu peço, em nome daquilo que vos disse há bocado, para lutarmos até ao último milímetro para que Faro não perca a partir de agora mais nenhuma capitalidade. Portanto, é um apelo forte no sentido de se mexerem, de fazerem o que entenderem, em nome do município de Faro, porque já tiveram muitas presidências de Câmara e muitas presidências da Assembleia Municipal neste município, para que efetivamente esta situação seja revertida e para que siga imediatamente para Conselho de Ministros para ser alertado, porque esta Assembleia quer que aquilo que votou no dia 29 de abril seja respeitado. Muito obrigado.»

Teor do Voto de Protesto

**Voto de Protesto – pela aprovação da Resolução que altera a denominação do Aeroporto Internacional de Faro para Aeroporto Gago Coutinho**

Na sequência da aprovação da resolução do Conselho de Ministros, do XXIII Governo Constitucional, datada de 15 de junho de 2022, que altera a denominação do Aeroporto Internacional de Faro para Aeroporto Gago Coutinho, a bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Faro vem por este meio apresentar um veemente voto de protesto pela decisão tomada no passado dia 15 de junho de 2022.

Esta proposta teve origem num movimento cívico de um grupo de cidadãos algarvios Martins Guerreiro, Carlos Brito, Afonso Dias e Luís Madeira, na qual propunham a designação de Aeroporto Gago Coutinho, tendo sido aprovada em fevereiro de 2020, uma moção na Assembleia Municipal de São Brás de Alportel. No seguimento dessa Assembleia, foi levada a Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Algarve, realizada no dia 27/04/2022, essa mesma proposta. Contudo, a pedido da bancada do PSD, a moção foi retirada por acordo, dado que o tema deveria ser debatido e aprovado na Assembleia Municipal de Faro, concelho no qual se localiza esta infraestrutura aeroportuária. A proposta de alteração da designação para

Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho foi apresentada pela bancada do Partido Socialista, tendo sido subscrita pelas bancadas do PSD, CDS, IL, CHEGA, MPT e PPM e foi consensualizada com base no entendimento unânime entre os Partidos que tinham como principal objetivo manter a designação de Aeroporto Internacional de Faro, mantendo o elemento identitário da cidade que acolhe esta grande infraestrutura aeroportuária, numa relação umbilical de décadas e elemento estruturante no marketing territorial da cidade de Faro. Acrescentando a designação de Gago Coutinho, honra-se e homenageia-se a memória do Navegador e Almirante Gago Coutinho, com origens familiares em São Brás de Alportel, assinalando o centenário da primeira travessia aérea do Atlântico Sul, uma das maiores



proezas da história da navegação aérea. A Assembleia Municipal de Faro aprovou, na Sessão Ordinária, de 29/04/2022, com larga maioria, a Proposta de Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho.

Foi com grande estupefação que os eleitos pela bancada do Partido Social Democrata receberam, no passado dia 15 de junho de 2022, a notícia da nova denominação do Aeroporto Internacional de Faro que deixa cair a designação de Faro. Em desrespeito por Faro e pelos Farenses e pelas decisões tomadas pela Assembleia Municipal de Faro, democraticamente eleita, assistimos a um desonroso episódio na diminuição da cidade de Faro, dos Farenses e da sua capitalidade. Ao longo dos últimos anos temos assistido a decisões que progressivamente têm vindo a retirar a dignidade e relevância da nossa capitalidade transferindo para concelhos vizinhos importantes estruturas administrativas. Coloca-se imperativamente a questão de a quem servirá este processo de diminuição de Faro? A Faro e aos Farenses, de certo que não.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em Sessão Ordinária, de 17 de junho de 2022 delibera:

- Um voto de protesto pelo desrespeito do Governo pela vontade expressa por esta Assembleia no passado dia 29 de abril 2022, com a aprovação da proposta da denominação de Aeroporto Internacional de Faro — Almirante Gago Coutinho
- Reivindicar ao Governo a anulação desta decisão tomando em conta a posição mais consensual denominando o Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho, aprovada por esta Assembleia
- Que o teor deste voto de protesto seja comunicado ao Conselho de Ministros e aos

Órgãos de Comunicação Social

1º Subscritor

João Manuel Camacho Gameiro Alves

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** - «Para melhor enquadramento deste ponto a propósito da moção aprovada no dia 29 de abril, eu estive a ler com atenção a moção (eu participei na reunião de preparação que nós temos (das assembleias) e depois fiquei com covid e não consegui vir à Assembleia, mas estive a ler com muito cuidado o teor de toda a recomendação que foi aprovada, com o apoio do PSD, e bem, apesar de muitas forças também do vosso partido não quererem valorizar Gago Coutinho, aliás a este propósito houve uma nota que o Sr. Presidente da República fez sair porque assinalou-se os 100 anos da primeira travessia aérea do Atlântico sul, mas eu gostava de solicitar à Mesa da Assembleia que fizesse chegar a todos os elemento uma cópia do do envio que foi feito ao primeiro-ministro, porque esta moção, aprovada



em 29 de abril, deliberava também que depois aprovada devia ser enviada ao Primeiro Ministro, ao Ministro das Infraestruturas e Habitação, ao Presidente da República, e gostaríamos de solicitar a data do envio em que isso ocorreu.

Porque, em termos práticos, como o caro membro Gameiro Alves referiu, o que saiu foi um comunicado do Conselho de Ministros. Aguardamos a publicação em Diário da República. Portanto, queríamos perceber se isto foi enviado ao gabinete do senhor Primeiro-Ministro, como foi aqui deliberado, para podermos perceber se esta informação desta moção aprovada dia 29 de abril chegou a quem direito, como era obrigação da Mesa fazer. Se chegou, alguém deve entrar em contacto com o senhor chefe de gabinete do senhor primeiro-ministro, com a Presidência do Conselho de Ministros porque, na opinião do Partido Socialista, esta é uma não questão. Nós sabemos bem o que trouxemos a esta Assembleia Municipal. E, permita-me a expressão, estamos a antecipar um problema, pois um de voto protesto é quando as diligências institucionais e quando aquilo que deve ser feito, do ponto de vista institucional, falha. Acho que hoje ainda não temos a certeza do que é que foi feito chegar e acho que é um pouco precipitado estarmos aqui a votar esse voto de protesto.»

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «Muito obrigado. A informação que tenho a esse respeito é que não é possível agora, de momento, darmos essa resposta em concreto, mas ela será enviada para todos os grupos parlamentares pelos nossos serviços.

Sr. Deputado, acabo por ter aqui uma informação mais atualizada: foi efetivamente tudo enviado. Recebemos já, inclusivamente, por ofício, nota desse recebimento.»

**O membro da AM, Manuel Mestre (MPT)** - «Espero sinceramente que esta moção do PS, muito importante, não tenha caído em saco roto e efetivamente tenha chegado a Lisboa.

Dito isto, nós aqui votamos o nome “Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho”. É fundamental não deixar cair o nome da nossa cidade na infraestrutura mais importante que temos na cidade, que é o aeroporto.»

**O membro da AM, Elza Cunha (PAN)** - «O PAN subscreve na íntegra este Voto de Protesto, e queria só retificar que o PAN votou favoravelmente na Assembleia Municipal onde foi trazida esta Recomendação. Nós votámos favoravelmente, deve ter havido lapso porque eu dei conta, no email que



recebemos, que os votos favoráveis não incluíam ao PAN, e era então para pedir a retificação, se podia ficar em ata que nós votámos favoravelmente aquando da apresentação da recomendação do nome do Aeroporto Internacional de Faro Almirante Gago Coutinho. Muito obrigada.»

**O membro da AM, João Brandão (BE)** - «Eu não estive cá aquando dessa proposta e não sei a discussão, mas fui ver a proposta do grupo motivador, o abaixo-assinado que motivou e não falava no nome de Faro, falava em Aeroporto Almirante Gago Coutinho, na proposta inicial.

Fui ver nomes de outros aeroportos. O nome oficial do aeroporto de Lisboa é, tanto quanto eu encontrei, é Aeroporto Internacional Humberto Delgado, e não é de Lisboa. O nome do aeroporto do Porto é Aeroporto Internacional Sá Carneiro.

Eu voto a favor que ponham lá o nome de Faro, não me preocupa absolutamente nada e acho bem; agora, gostaria de aproveitar esta questão do debate para levantar questões sobre a capitalidade de Faro. Eu não sou de Faro, eu estou em Faro há 30 anos, sou de outra zona do país. A primeira vez que percorri o Algarve, até devo dizer que o percorri de ponta a ponta e não gostei de Faro, tentei ir ao parque de campismo e fui muito mal recebido – e ainda hoje temos o mesmo – e Faro, se quer ser a capital, não vale a pena andarmos aqui com pergaminhos se queremos o nosso nome ou não queremos o nosso nome, temos que pensar seriamente o que é que temos que fazer da nossa cidade para que ela seja efetivamente uma cidade onde as pessoas possam viver e seja, digamos, uma cidade centralizadora e capaz de movimentar e dinamizar.

Não me traz qualquer chauvinismo especial a Faro, o Algarve é uma província com características muito especiais. Tem várias cidades parecidas, Santarém tem características semelhantes, a cidade não domina o distrito.

Do ponto de vista prático, Faro tinha um aeroporto, uma universidade e um hospital. A Universidade não é de Faro, é do Algarve; o hospital é o centro hospitalar universitário mudou, se tivermos o Hospital Central também não vai ser de Faro; temos que nos preocupar em ter condições para viver e fazer a nossa capitalidade. E Faro tem vindo a perder isso, sucessivamente.

Eu vou votar a favor, não me preocupa nada o nome. Mas preocupa-me mais que: temos uma Universidade, o acesso à Universidade é um lixo,



sempre foi e desde que eu cá estou nunca melhoraram aquilo. Temos o aeroporto, o acesso ao aeroporto, alguma vez nos preocupámos em ligar o aeroporto a Faro? Fala-se no comboio para o aeroporto há não sei quantos anos; autocarros do aeroporto para aqui, que eu conheça, são os mesmos que iam à praia, e quando chegavam ao aeroporto, já vinham cheios de pessoas da praia; as pessoas alugam logo um carro para se irem embora...

Devíamos nós, Assembleia, preocupar-nos com isso. Que se marque uma reunião e vamos discutir o que devemos fazer.

Indústria: Faro não tem indústria nenhuma.

Comércio: perdemos o comércio todo. Alguém vem a Faro fazer compras? Perdemos o comércio da Baixa, o nosso comércio são restaurantes e bares! As lojas que havia, que as pessoas vinham cá comprar coisas, não temos!

As áreas verdes na Baixa, onde é que temos? Nós conseguimos uma coisa maravilhosa que foi ter, durante mais de um ano, os dois melhores espaços verdes fechados para obras. Vá lá, um já abriu...

Eu peço desculpa, o meu alerta é: em vez de discutirmos um nome, preocupemo-nos em desenvolver e cultivar o nosso concelho. Mas voto a favor.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – Ponto de ordem à Mesa** -«Eu queria só fazer aqui uma observação, porque não é permitido, é mesmo proibido, ao público manifestar-se relativamente a qualquer tipo de intervenção dos membros da Assembleia Municipal. E quero que fique em ata o ponto de ordem que acabei de fazer à Mesa. Porque tenho conhecimento que não é a primeira vez que acontece, e já houve outras situações, não apenas neste mandato mas no mandato anterior, em que houve até membros desta Assembleia Municipal que foram apupados, e as pessoas que o fizeram foram chamadas à atenção pelo Presidente da Assembleia Municipal, em exercício àquela data. Quero que isto fique registado em ata, porque se voltar a acontecer, voltarei a chamar à atenção à Mesa da Assembleia Municipal relativamente ao que acabou de acontecer.»

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «A Mesa não se apercebeu do que é que se passou. Não me apercebi disso e naturalmente que se me tivesse apercebido teria chamado a atenção. Na verdade, tem toda a razão porque não se pode fazer.»



**O membro da AM, António Figueiredo (Chega) – Ponto de Ordem à Mesa** «Eu concordo inteiramente com o que a Dr<sup>a</sup> Tatiana disse. No entanto, na última reunião houve aplausos e nós estivemos a estudar o regimento e o Regimento é omissivo nessa matéria, não diz que o público não se pode manifestar. Eu concordo que não se possa manifestar...»

**Presidente da Assembleia Municipal em exercício** - «Muito obrigado. Eu penso que está registada a intenção de cada uma das intervenções.

Vamos prosseguir com as inscrições.»

**O membro da AM, António Mendonça (CDU)** - «Nós às vezes perguntamos às crianças, aos jovens: o que é que queres ser quando fores grande... Eu lembrei-me disto por causa da intervenção do membro do Bloco de Esquerda, porque eu costumo comentar muitas vezes, relativamente à comunidade farenses, que há anos se defronta com um problema que eu resumiria no seguinte: o que é que nós farenses queremos ser, o que é que nós farenses queremos fazer, para um dia sermos grandes?

Eu digo-vos com franqueza: eu sou natural de São Brás de Alportel, mas já resido aqui em Faro desde 1976 e ainda hoje não consegui descobrir o que é que os farenses querem ser, o que é que os farenses querem fazer para serem grandes.

Talvez eu esteja enganado, ou talvez eu esteja certo, e um dia a gente consigo descobrir o que é que queremos ser e o que é que podemos fazer para sermos grandes.

Depois, a confusão de nomes está instalada. Nós somos especialistas na instalação de confusões. Uma pessoa que estivesse completamente a leste e que pela primeira vez fosse confrontada com os nomes dos nossos aeroportos, pensaria que o grande problema que existe em Portugal, relativamente às atividades aeroportuárias, era esclarecermos e clarificarmos a grande confusão de nomes que está instalada.

Relativamente aqui a Faro, eu dividia a questão em duas partes. Primeira parte, Aeroporto Internacional de Faro. Aeroporto Internacional de Faro é uma designação rigorosíssima, não falha ali nada!

Faro – Faro, para mim; Faro, para nós, não é uma marca. Faro é um território, é uma população, seja na cidade seja no concelho. Um território, uma população, não são uma marca e não há nenhuma pessoa,



por mais ilustre que seja, que esteja primeiro que um território, que uma população, e Faro é um território, é uma população, não é uma marca!

Segunda parte da questão: Gago Coutinho, Gago Coutinho e Sacadura Cabral... Isto fez-me lembrar - e permitam-me que eu recite - fez-me lembrar uma coisa que eu desde que fui obrigado a estudar os Lusíadas, primeiro engasguei e depois gostei. Então, Luís de Camões, logo no princípio dos Lusíadas refere aquilo que, para mim, foi o mais bonito conceito de imortalidade que eu encontrei até hoje; esta para mim é a verdadeira imortalidade. E diz Luís de Camões assim: “E aqueles que por obras valorosas se vão da lei da morte libertando / Cantando espalharei por toda a parte, se a tanto me ajudar o engenho e arte”.

A que é que nós estamos obrigados? Estamos obrigados ao engenho e arte relativamente àqueles que produziram obras valorosas e sempre, sem parar, irmos passando o exemplo, irmos passando a obra ao conhecimento das sucessivas gerações.

Para terminar, falando de uma coisa ainda mais importante do que esta que esta que acabei de dizer, o grande problema de Portugal é que entregou a atividade aeroportuária à Vinci. Temos os franceses a mandarem nisto por décadas, a ganharem dinheiro connosco por décadas, e vamos falar com todas as atividades que se processam em torno do aeroporto de Faro e estão todos a ser altamente explorados pela Vinci. E nós andamos aqui em trocas de galhardetes com Sacaduras Cabrais e com Gagos Coutinhos, que a maior parte da malta, passado agora este tempo nem sabe quem foi Gago Coutinho nem Sacadura Cabral, nem que é que um fez nem o que outro deixou de fazer. E aquilo que é fundamental, que corresponde a um atentado a ser português, é uma atitude intolerável de nós entregarmos tudo aos outros - Tomem lá, explorem, que vocês são melhores do que nós a explorar as coisas! - e de facto são: eles exploram, espremem-nos o sumo, a polpa e a casca! E era isto que nos devia preocupar. E era isto que devia preocupar o Governo de Portugal. Era reverter a entrega daquilo que nós devíamos gerir, nós devíamos pôr ao nosso serviço, ao serviço da nossa pátria, e não andarmos sempre, comissionistas desvergonhados, a entregara aos estrangeiros à pala das comissões que vamos ganhar com isso. Tenho dito.»

**O membro da AM, António Figueiredo (Chega)** - «Eu queria referir aqui a existência de um lapso histórico por parte dos proponentes da moção



para mudança de nome do aeroporto internacional de Faro e também do senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

Assim, por investigação da CNN, passo a ler: “Na passada quarta-feira foi aprovado em Conselho de Ministros a mudança do nome do Aeroporto Internacional de Faro para Aeroporto Gago Coutinho. Foi assim que o Governo decidiu prestar homenagem ao navegador, que disse na altura o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, era natural de São Brás de Alportel, no distrito de Faro.

No entanto, vários documentos e uma placa em Lisboa contam uma história diferente. Terá Gago Coutinho nascido mesmo no Algarve? Rui Miguel da Costa Pinto, que dedicou grande parte da sua vida a estudar a biografia do navegador tirou outra conclusão. O biógrafo, falecido entretanto, deixou vários textos onde afirma que Gago Coutinho nasceu na Ajuda, em Lisboa, a 17 de fevereiro de 1869. São textos apoiados por vários documentos, nomeadamente a certidão de batismo de Gago Coutinho, que se pode consultar online no arquivo da Torre do Tombo, onde se pode ler que o navegador foi batizado em junho de 1869, na Freguesia de Santa Maria de Belém, a mesma onde, diz mais à frente, nasceu. Na certidão é possível perceber que ambos os progenitores são naturais do distrito de Faro, sendo portanto a ascendência do navegador algarvio, indiscutivelmente.

Sabe-se até que a casa onde o navegador terá nascido, no número 27 da Calçada da Ajuda. No local existe uma lápide que assinala o nascimento de Gago Coutinho e que foi colocada em 1952, na presença do Ministro da Marinha, ainda durante a vida do navegador. Palavras do navegador (Gago Coutinho): “E permitam-me que poucas palavras do homem da rua vos Explique o que de sentimental representa para mim esta casa, antigamente número 5, onde nasci há 83 anos, de madrugada” – disse Gago Coutinho, citado por um jornal da época que se pode ler no site do biógrafo do navegador.

Para além disso, também na transcrição da leitura do testamento, que foi feita perante duas testemunhas, pode ler-se que “faleceu Carlos Viegas Gago Coutinho, no estado de solteiro, de 90 anos de idade, natural da Freguesia de Santa Maria de Belém, Concelho de Lisboa”. Documentos que estão no arquivo Histórico da Marinha Portuguesa referem também o local de nascimento do navegador como sendo Lisboa, como se pode ver no mapa abaixo.



Ora bem, perante isto parece que há aqui um erro. Eu votei realmente nesta assembleia no nome Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho para destacar não só obra como também o homem algarvio que fez parte dessa obra. Se esta premissa realmente não existe isso e Gago Coutinho não é efetivamente algarvio, penso que em vez de se salientar o homem devia-se salientar a obra, e para se salientar a obra o nome do aeroporto não deveria ser este que nós aprovámos mas sim Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Tenho dito.»

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD)** - «Eu não deixo, normalmente, de responder às perguntas. A senhora deputada do PAN fez menção à votação; eu não faço menção à votação, faço menção à subscrição. O PAN, depois na votação, sim senhor, votou favoravelmente mas eu falo é dos subscritores.

Ao senhor membro Brandão, há um conjunto de situações que acabou de referir que eu estou inteiramente de acordo e tenho falado aqui nesta Assembleia Municipal.

Quanto ao Sr. Deputado António Figueiredo, devo dizer-lhe que o que está em causa esta noite aqui, não é se Gago Coutinho é natural de Faro ou se não é natural de Faro. O que está em causa aqui é uma moção que esta Assembleia Municipal aprovou em 29/04, que segundo informação do Sr. Presidente em exercício foi remetida para os órgãos competentes e que o Governo entendeu votar contrariamente à nossa decisão.

Muito bem, respondido aos três elementos dos partidos que acabei de citar, quero dirigir-me ao Partido Socialista. Meus senhores, o que está aqui em causa – e depois de o Presidente exercício ter respondido à sua pergunta – nós sabemos que isto foi encaminhado para o Conselho de Ministros e que o Conselho de Ministros entendeu que o Aeroporto de Faro se deixa de chamar Aeroporto de Faro e passa a chamar-se Aeroporto Gago Coutinho. Isso é contrário aos interesses de Faro, dos Farense e dos Algarvios. Mais: isso é um afronta para esta Assembleia Municipal.

Eu, o que quero perguntar à bancada do Partido Socialista é se mantém ou não mantém a moção que aqui apresentou, que nós de boa fê, e vocês também, subscrevemos, se continuam a manter essa posição?

Se continuam a manter essa posição, esclarecido que está o envio da correspondência para o Conselho de Ministros, amanhã pedimos à Mesa da Assembleia que remeta novamente para o Conselho de Ministros todo



este conjunto de documentos, no sentido de obtermos resposta. O que nós queremos é Aeroporto Internacional de Faro Gago Coutinho, que foi aquilo que nós subscrevemos convosco.»

**O membro da AM, Guilherme Portada (PS)** - «Eu respondo à sua primeira questão: o Partido Socialista mantém a moção que apresentou e que foi aqui aprovada no dia 29 de abril. E como tive oportunidade de explicar há pouco, o que motiva o vosso Voto de Protesto não se verifica neste momento. Portanto, como isso não se verifica, nós vamos ter de votar contra esse Voto de Protesto, porque não corresponde a algo que hoje se verifica e, se vier a acontecer, o nome do aeroporto deixar aqui a palavra “de Faro”, aí sim estaremos aqui para dar a cara e assumir aquela que foi, e que é, a nossa proposta de 29 de abril.»

**O membro da AM, Teresa Correia (PSD)** - «Eu gostava aqui de relembrar uma questão, de ser ou não ser extemporâneo. Porque a publicação é, se eu percebo bem, uma mera tradução da decisão que já foi tomada. Há uma decisão, essa decisão está tomada e a publicação é apenas uma publicitação para tornar público a decisão. Portanto, se eu estou a raciocinar bem, a partir do momento em que haja uma publicação não é possível reverter a decisão que já foi tornada pública. Portanto, aquilo que se está aqui a pretender é que haja uma comunicação de desagrado, neste caso ao Governo, de forma a que ainda haja possibilidade de haver uma reversão na decisão. Depois de publicado, a situação nunca será revertida, ficará um facto consumado. Portanto, eu considero que aqui é mais uma questão de momento político. Se não houver aqui uma decisão neste momento, posteriormente é que eu acho que já não vale a pena. Mas isto já sou eu, enfim, a especular sobre o assunto, eu estou a pôr aqui a minha opinião pessoal. Obrigado.»

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD)** - «O que estou a pedir ao PS é que, aproveitando esta situação que nós aqui trazemos, amanhã, junto de quem vocês entenderem, consigam demonstrar que o que aqui aprovámos em 29/04 não é o que está aprovado em Conselho de Ministros.»

**O membro da AM, Carlos Alberto (PS)** - «Sr. Gameiro Alves: vai continuar a ser Aeroporto Internacional de Faro, em todo o mundo, veja as placas e vai continuar a ser Aeroporto Internacional de Faro.

Segundo: retire o protesto, e se tal não acontecer apresente aqui um voto de protesto que nós subscrevemos, mas neste momento não tem



condições para apresentar esse Proteste, porque ainda não está preto no branco!»

**Presidente da Assembleia Municipal, em exercício** - «Muito obrigado. Penso que o debate foi profundo, foi amplo. Esgotámos os tempos que as bancadas tinham disponíveis para apresentarem aquilo que pensavam sobre a matéria, e eu vou pôr à votação.

Votos a favor – 10 (PS)

Votos contra – 19 (09PSD, 02CDS, 01IL, 01MPT, 03CDU, 01BE, 01PAN, 01CH)

Abstenções 01 (PSD-Franc. Soares)

*O Voto de Protesto foi aprovado por maioria.*

**O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) - Declaração de Voto** - «Subscrevi a vossa moção, consciente do que estava a fazer e acreditando que estaríamos de boa-fé, todos. Não posso dizer isto neste momento, relativamente à vossa bancada. E não contem, e tudo farei no meu Partido para que não contem, mais connosco para subscrever qualquer documento que aqui tragam. Está dito, da minha parte, e farei tudo no meu Partido para que isso não aconteça. Vocês não fiáveis.

Obrigado.»

**O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS)** - «Sr. Presidente, não quis interromper a discussão, mas gostaria que fosse acrescentado ao meu ponto de ordem à Mesa de há pouco, o seguinte: de acordo com a Lei n.º 75/2013, art.º 49, n.º 4, que diz “a nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas”. Muito obrigada, Sr. Presidente, era só para acrescentar isto à ata.»

*Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia em exercício encerrou a sessão.*

---

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.

O Presidente



**Assembleia Municipal de Faro**  
*Sessão ordinária de 21/06/2022*

*Ata n.º 13*

Primeiro Secretário

Segundo Secretário